

50

BOLETIM TRIMESTRAL
informação reportada ao
primeiro trimestre de 2021

CENTRO

DE PORTUGAL



ccdrc

comissão de coordenação e
desenvolvimento regional do centro

50

**BOLETIM
TRIMESTRAL**

Informação reportada ao
primeiro trimestre de 2021

Editor

Comissão de Coordenação e
Desenvolvimento Regional do
Centro

Responsável Técnico

Direção de Serviços de
Desenvolvimento Regional

Data de Edição

Junho de 2021
ISSN 2182-6579

boletimtrimestral@ccdr.pt
www.ccdr.pt

Alguns dados da informação conjuntural
encontra-se também em
<http://datacentro.ccdr.pt>

DATACENTRO
INFORMAÇÃO PARA A REGIÃO

CENTRO
DE PORTUGAL

ÍNDICE

- 5 Enquadramento Nacional
- 7 Mercado de Trabalho
- 10 Desemprego Registado
- 12 Empresas
- 14 Comércio Internacional de Bens
- 17 Turismo
- 19 Construção e Habitação
- 22 Preços e Consumo Privado
- 25 Políticas Públicas no Centro

Nota: A configuração territorial da Região Centro é a definida na lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e no regulamento (UE) n.º 868/2014 da Comissão, de 8 de agosto de 2014.

No primeiro trimestre de 2021, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de -5,4%, refletindo os efeitos do confinamento geral decretado no início do ano devido ao agravamento da pandemia COVID-19. Esta contração, menos acentuada do que a do trimestre anterior, foi determinada pela evolução menos negativa da procura externa líquida, mas mais negativa da procura interna (influenciada pela redução significativa do consumo das famílias). A taxa de desemprego nacional foi de 7,1% e o nível de preços aumentou ligeiramente face ao trimestre homólogo. Tanto o indicador de confiança dos consumidores, como o indicador de clima económico mantiveram-se negativos, tendo o primeiro registado uma ligeira recuperação face ao trimestre anterior, enquanto o segundo se deteriorou.

Relativamente à Região Centro, neste trimestre, apesar do agravamento das medidas para contenção da COVID-19, o mercado de trabalho regional evidenciou melhorias face ao período homólogo, que coincidiu com o início da pandemia em Portugal. Na Região Centro, ainda que muito ligeiramente, a população ativa e a taxa de emprego aumentaram e a taxa de desemprego diminuiu, sendo a mais baixa a nível nacional. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem situou-se na região e no país acima dos 900 euros.

No setor empresarial da região continuou a assistir-se a uma diminuição das empresas constituídas e a um aumento significativo das ações de insolvências. Os empréstimos concedidos às empresas registaram o crescimento homólogo real mais significativo em 11 anos, o que pode resultar da linha de crédito concedida pelo Estado para apoio às empresas cuja atividade foi afetada pela COVID-19. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos permaneceu em queda face a igual período do ano anterior. Na construção, os edifícios licenciados evidenciaram uma evolução positiva na região, em contraste com as obras concluídas que diminuíram (com exceção dos novos fogos para habitação familiar concluídos). Os empréstimos à habitação vencidos continuaram a registar quebras significativas e o seu peso no total dos concedidos foi o mais reduzido dos últimos 12 anos. A avaliação bancária da habitação na região continuou a aumentar, registando o valor mais elevado em 10 anos.

A atividade turística manteve-se em quebra na região e no país como consequência das medidas adotadas para contenção da terceira vaga da COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico continuaram a registar, na região, quebras homólogas trimestrais muito elevadas. Já a estada média aumentou face ao trimestre homólogo, observando-se um máximo histórico na região. No comércio internacional no Centro registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e entradas de bens. O crescimento expressivo do mercado extracomunitário foi o que mais justificou a variação regional das saídas de bens, enquanto, no caso das entradas de bens, o maior contributo teve origem no mercado intracomunitário. Neste trimestre, a maioria dos indicadores representativos do

consumo privado observaram evoluções desfavoráveis, refletindo, em grande medida, o impacto do novo confinamento decorrente do agravamento da pandemia. O Índice de Preços no Consumidor aumentou na Região Centro, acompanhando a tendência nacional.

No PORTUGAL 2020, a 31 de março de 2021, estavam aprovados 7,3 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 12,3 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Destes apoios, 275,4 milhões de euros traduziam-se em medidas de resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 na região. O COMPETE 2020 era o programa operacional com mais relevância, sendo responsável por 30% dos apoios, e o FEDER o fundo mais representativo, cofinanciando metade dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano continuava a apresentar a taxa de realização de fundo mais elevada.

ENQUADRAMENTO NACIONAL

-5,4%

foi a variação
homóloga real do PIB

7,1%

foi a taxa de
desemprego nacional

No primeiro trimestre de 2021, o Produto Interno Bruto registou uma variação homóloga real de -5,4%, refletindo os efeitos do confinamento geral decretado no início do ano devido ao agravamento da pandemia COVID-19. Esta contração, menos acentuada do que a do trimestre anterior, foi determinada pela evolução menos negativa da procura externa líquida, mas mais negativa da procura interna (influenciada pela redução significativa do consumo das famílias). A taxa de desemprego nacional foi de 7,1% e o nível de preços aumentou ligeiramente face ao trimestre homólogo. Tanto o indicador de confiança dos consumidores, como o indicador de clima económico mantiveram-se negativos, tendo o primeiro registado uma ligeira recuperação face ao trimestre anterior, enquanto o segundo se deteriorou.

No primeiro trimestre de 2021, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), o Produto Interno Bruto (PIB) nacional em volume registou uma variação homóloga¹ de -5,4%, face aos -6,1% do trimestre anterior. Estes resultados refletem os efeitos do confinamento geral decretado no início do ano devido ao agravamento da pandemia COVID-19, com implicações na mobilidade e no normal funcionamento de algumas atividades económicas. Note-se que, nesta edição, a comparação homóloga incide, pela primeira vez, sobre um trimestre já afetado pela pandemia (relembre-se que os impactos da pandemia se fizeram sentir desde o último mês do primeiro trimestre de 2020).

Esta evolução do PIB face ao trimestre anterior foi determinada por um comportamento mais negativo da procura interna, determinado em grande medida pela contração do consumo das famílias, e um contributo menos negativo da procura externa líquida.

Quadro 1 – Enquadramento Nacional		1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	2020	2019
		média trimestral						
PIB*	v. h. (%)	-5,4	-6,1	-5,6	-16,4	-2,2	-7,6	2,5
Procura interna	v. h. (%)	-3,4	-2,4	-3,5	-11,9	-0,7	-4,6	2,8
Consumo das famílias	v. h. (%)	-7,1	-4,7	-4,1	-14,8	-0,4	-6,0	2,7
Formação bruta de capital	v. h. (%)	3,5	0,8	-7,2	-10,0	-2,4	-4,7	5,4
Taxa de investimento	%	20,5	19,1	18,6	19,8	18,7	19,0	18,5
Exportações	v. h. (%)	-9,4	-14,3	-16,0	-39,2	-5,3	-18,6	3,9
Importações	v. h. (%)	-4,5	-6,1	-11,1	-29,1	-1,8	-11,9	4,7
VAB	v. h. (%)	-4,0	-4,1	-4,6	-14,9	-2,2	-6,4	2,4
Taxa de desemprego**	%	7,1	7,3	8,0	5,7	6,8	7,0	6,6
IPC – Índice de Preços no Consumidor	v. h. (%)	0,4	-0,2	0,0	-0,3	0,4	0,0	0,3
Indicador de confiança dos consumidores	%	-23,0	-26,2	-26,3	-33,1	-9,9	-23,9	-8,0
Indicador de clima económico	%	-1,3	-0,8	-2,6	-3,7	2,1	-1,3	2,3
Taxa de câmbio USD/EUR	USD	1,206	1,193	1,169	1,101	1,102	1,141	1,120
	v. h. (%)	9,4	7,7	5,2	-2,1	-2,9	1,9	-5,2

* Dados adaptados, em cada boletim, à série de novos valores divulgados trimestralmente pelo INE, Contas Nacionais. Dados em volume.
** Os dados do 1.º trimestre de 2021 respeitam à nova série de 2021 e os dados anteriores, apurados na série de 2011, foram compatibilizados com a série de 2021 (sendo ainda provisórios), possibilitando, assim, a comparação direta entre estas duas séries.
USD - Dólar dos Estados Unidos
EUR - Euro

¹ Variação homóloga percentual – v.h. (%): trata-se da variação em relação ao mesmo período do ano anterior, em percentagem do valor deste.

Variação homóloga percentual real – v.h.real (%): variação homóloga em volume, sendo retirada a variação dos preços, dados pelo Índice de Preços no Consumidor nacional (base 2012) ou por outro indicador mais apropriado.

Assim, a procura interna diminuiu 3,4% em termos homólogos (após uma contração de 2,4% no trimestre precedente), resultado da quebra do consumo das famílias (de -7,1%, que compara com -4,7% no período anterior) e da aceleração do investimento (que passou de um crescimento homólogo de 0,8%, no trimestre passado, para 3,5%).

A procura externa líquida registou um contributo menos negativo para a variação homóloga real do PIB do que no trimestre anterior (-2,0 pontos percentuais, enquanto no trimestre anterior este contributo tinha sido de -3,7 pontos percentuais), provocado por uma contração menos intensa das importações do que a observada nas exportações. Deste modo, as

exportações de bens e serviços apresentaram uma variação homóloga real de -9,4% (após terem diminuído 14,3% no trimestre precedente), refletindo a significativa quebra nas exportações de serviços (de -38,0%), explicada em grande medida pela forte contração da atividade turística, e o aumento das exportações de bens (de 3,5%). As importações de bens e serviços recuaram 4,5% em termos homólogos reais (face a uma variação de -6,1% no período anterior), tendo ambas as suas componentes contraído (-1,7% nos bens e -18,9% nos serviços).

O Valor Acrescentado Bruto (VAB) a preços base diminuiu 4,0% em termos homólogos reais (-4,1% no trimestre anterior). Neste período, apenas os ramos da “construção” e das “atividades financeiras, de seguros e imobiliárias” registaram variações homólogas reais positivas (4,5% e 2,7%, respetivamente). Os restantes 10 ramos apresentaram quebras, com destaque para a variação homóloga real de -13,6% no “comércio e reparação de veículos; alojamento e restauração”.

No que respeita ao mercado de trabalho, a taxa de desemprego nacional foi de 7,1%, valor inferior em 0,2 pontos percentuais ao do trimestre anterior e superior em 0,3 pontos percentuais ao do trimestre homólogo de 2020. Estimavam-se 360,1 mil indivíduos desempregados no país, traduzindo um acréscimo homólogo do desemprego de 12,0 mil indivíduos e um decréscimo trimestral de 13,1 mil pessoas.

O nível geral dos preços, avaliado pela taxa de variação do Índice de Preços no Consumidor, neste trimestre, aumentou ligeiramente na comparação homóloga (0,4%). Metade das 12 classes de consumo registaram uma diminuição dos preços a nível nacional, evidenciando-se o “vestuário e calçado” e a “educação” com os maiores decréscimos (-2,5% e -1,6%, respetivamente). Nas restantes seis classes destacavam-se, com os crescimentos mais elevados, a “saúde” (2,7%) e os “bens e serviços diversos” (1,2%).

A avaliar pelo indicador de confiança dos consumidores² do INE, as expectativas dos consumidores, neste trimestre, continuaram negativas, apesar de terem evidenciado uma ligeira recuperação face ao trimestre anterior. O facto deste indicador assumir valores negativos significa que existem mais respostas pessimistas do que otimistas às questões sobre a perspetiva das famílias quanto à evolução da situação financeira do agregado familiar, da realização de compras importantes e da situação económica do país. A confiança dos empresários, segundo o indicador de clima económico³ do INE, também foi negativa, tendo-se agravado face ao trimestre anterior.

Por último, a taxa de câmbio⁴ do euro face ao dólar (USD/Euro) aumentou 9,4% relativamente ao trimestre homólogo, dando continuidade à subida da cotação do euro iniciada no terceiro trimestre de 2020 e que inverteu a tendência de depreciação do euro face ao dólar que já se verificava desde o terceiro trimestre de 2018. Esta valorização do euro traduz-se num preço superior para igual quantidade de bens exportados e num preço inferior para igual quantidade de bens importados.

² O indicador de confiança dos consumidores é um meio de medição das expectativas dos consumidores, baseado em respostas de opinião sobre a evolução da situação financeira do agregado familiar (nos últimos 12 meses e nos próximos 12 meses), da situação económica do país e sobre as perspetivas de realização de compras importantes.

³ O indicador de clima económico é um instrumento semelhante ao indicador de confiança dos consumidores, mas que retrata as expectativas dos empresários. É construído com base em inquéritos qualitativos conjunturais feitos às empresas da indústria transformadora, construção e obras públicas, comércio e dos serviços.

⁴ A taxa de câmbio corresponde ao preço de uma unidade monetária de uma moeda em unidades monetárias de outra e pode ser cotada ao certo ou cotada ao incerto. A taxa de câmbio está cotada ao certo quando exprime o preço de uma unidade de moeda nacional em unidades de moeda estrangeira e está cotada ao incerto quando exprime o preço de uma unidade de moeda estrangeira em unidades de moeda nacional. Neste Boletim, a taxa de câmbio está cotada ao certo para o euro, pelo que um aumento do seu valor corresponde a uma apreciação ou valorização da moeda nacional (euro) e uma diminuição corresponde a uma depreciação ou desvalorização da moeda nacional (euro).

MERCADO DE TRABALHO

6,2%

foi a taxa de
desemprego regional

921€

foi o salário médio
líquido mensal na
região

⁵ Os resultados divulgados a partir do primeiro trimestre de 2021 respeitam à nova série de 2021 e os dados trimestrais anteriores, apurados na série de 2011 (primeiro trimestre de 2011 ao quarto trimestre de 2020), foram compatibilizados com a série de 2021 (sendo ainda provisórios), possibilitando, assim, a comparação direta entre estas duas séries. Ambas as séries (2021 e 2011) continuam a não ser diretamente comparáveis com a série de 1998 (primeiro trimestre de 1998 ao quarto trimestre de 2010), configurando assim uma quebra de série.

⁶ Desde meados de março de 2020, foram adotadas medidas de salvaguarda da saúde pública relativas à pandemia COVID-19 que afetaram a forma como são realizadas as entrevistas do Inquérito ao Emprego pelo INE, o normal funcionamento do mercado de trabalho e, consequentemente, as estimativas trimestrais oficiais de emprego e desemprego.

⁷ A taxa de atividade da população em idade ativa, de acordo com o INE, "permite definir a relação entre a população ativa e a população em idade ativa". Nas séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na série anterior do inquérito ao emprego de 1998, a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

⁸ Para as séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), segundo o INE, toma-se como população ativa "o conjunto de indivíduos com idade compreendida entre os 16 e os 89 anos que, no período de referência, integrava a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (estava empregado e desempregado)". Já para a série anterior do inquérito ao emprego de 1998, a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.

⁹ A população inativa é "o conjunto de indivíduos qualquer que seja a sua idade que, no período de referência, não podem ser considerados economicamente ativos, isto é, não estavam empregados, nem desempregados, nem a cumprir o Serviço Militar Obrigatório".

No primeiro trimestre de 2021, apesar do agravamento das medidas para contenção da COVID-19, nomeadamente do retorno ao confinamento geral do país, o mercado de trabalho regional evidenciou melhorias face ao período homólogo, que coincidiu com o início da pandemia em Portugal. Na Região Centro, ainda que muito ligeiramente, a população ativa e a taxa de emprego aumentaram e a taxa de desemprego diminuiu, sendo a mais baixa a nível nacional. Já o salário médio líquido mensal dos trabalhadores por conta de outrem situou-se na região e no país acima dos 900 euros.

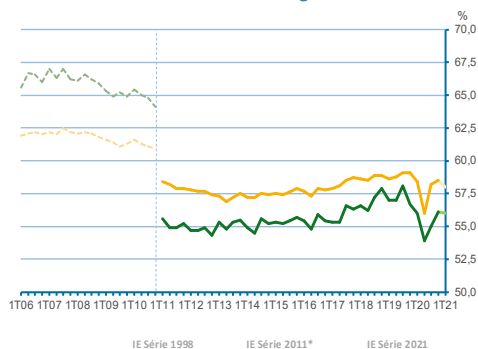
No primeiro trimestre de 2021, o INE iniciou a divulgação de uma nova série de dados do Inquérito ao Emprego, que, entre outras alterações metodológicas, deixou de considerar como empregadas as pessoas ocupadas em atividades de agricultura e pesca para autoconsumo e restringe a população ativa ao grupo dos 16 aos 89 anos.

Face à introdução das modificações mencionadas, os resultados divulgados, a partir do primeiro trimestre de 2021, não permitem uma comparação direta com os dados anteriores, configurando, assim, uma quebra de série. Por este motivo e para ser possível continuar a realizar análises longitudinais, o INE divulgará séries retrospectivas desde o 1.º trimestre de 2011 compatibilizadas com a nova série. No entanto, dado que ainda não foram divulgados dados comparáveis por NUTS II para todas as variáveis analisadas neste capítulo do "Centro de Portugal - Boletim Trimestral", a opção foi utilizar, pelo menos neste trimestre, apenas os indicadores para os quais o INE divulgou a série retrospectiva de 2011 compatibilizada com a nova série de 2021, por forma a manter a análise habitual, isto é, com recurso a variações homólogas.

De acordo com a nova série de dados do Inquérito ao Emprego⁵ do Instituto Nacional de Estatística, no primeiro trimestre de 2021⁶, a taxa de atividade da população em idade ativa⁷ na Região Centro foi de 56%, igualando a do período homólogo e evidenciando um ligeiro decréscimo em relação ao período anterior. Esta taxa regional foi inferior à média nacional, que se cifrou nos 58%.

Neste trimestre, a população ativa⁸ da Região Centro ascendia a 1.107,4 mil indivíduos, aumentando face ao período homólogo e aos trimestres anteriores. Já os inativos⁹ totalizavam 869,6 mil indivíduos, representando um aumento de 1,4% e 2,4% face, respetivamente ao trimestre homólogo e anterior. Este aumento trimestral da população inativa observada neste trimestre, pode ser explicado pelo retorno das restrições adotadas para contenção da pandemia COVID-19, nomeadamente pela implementação de novo confinamento geral do país, em vigor durante todo o primeiro trimestre de 2021, que, entre outras medidas, condicionou a circulação das pessoas e consequentemente dificultando a procura ativa de emprego e disponibilidade para começar a trabalhar, critérios essenciais para a transição entre a população inativa e a população desempregada. Assim, no primeiro trimestre de 2021, o aumento da população inativa, pode ter decorrido, em grande medida, desta transição de alguns indivíduos de inativos para desempregados, pelo facto de não ser possível cumprir, pelo menos, um dos dois critérios acima referidos.

Taxa de atividade em Portugal e no Centro



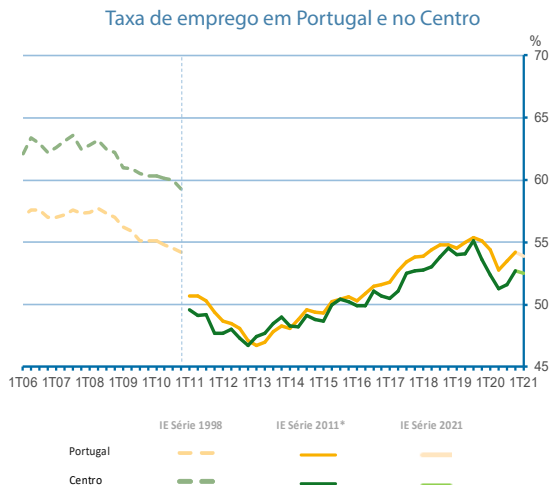
* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

Quadro 2 – Atividade e Inatividade		1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	2020	2019	
								média trimestral	
Taxa de atividade									
Portugal	%	58,0	58,5	58,2	56,0	58,4	57,8	58,9	
Centro	%	56,0	56,1	55,0	53,9	56,0	55,3	57,2	
	v. h. (p.p.)	0,0	-0,6	-3,1	-3,1	-1,0	-1,9	0,2	
População ativa – Centro	milhares	1.071,4	1.068,9	1.047,2	1.029,5	1.068,0	1.053,4	1.087,2	
	v. h. (%)	0,3	-0,8	-5,1	-4,9	-1,5	-3,1	0,1	
População inativa – Centro	milhares	869,6	848,9	872,5	894,7	857,4	1.156,7	1.119,6	
	v. h. (%)	1,4	1,4	7,2	6,9	2,3	3,3	-1,5	

A taxa de emprego¹⁰ da Região Centro, no primeiro trimestre de 2021, foi de 52,5%, o que traduziu um ligeiro aumento (0,1 pontos percentuais) face ao trimestre homólogo, infletindo a tendência de quebras homólogas verificadas há mais de um ano. Esta taxa regional foi inferior à média nacional (53,9%) e à observada no período anterior (52,7%).

Neste trimestre, na região, estavam empregados 1.005,1 mil indivíduos, o que representou um aumento de 0,5% face ao mesmo período do ano anterior, invertendo as variações homólogas negativas observadas já desde o último trimestre de 2019. A população empregada também cresceu ligeiramente (0,7%) face ao trimestre anterior. Decorrido um ano em que o mercado de trabalho português foi fortemente afetado pela pandemia COVID-19, este aumento homólogo e trimestral da população empregada pode ser parcialmente explicado pela manutenção das medidas de proteção do emprego dos trabalhadores, de que é exemplo o *layoff* simplificado, que permite a manutenção na população empregada de pessoas cujas empresas ainda se encontrem fechadas, total ou parcialmente, de forma temporária.

¹⁰ A taxa de emprego é dada pelo “quociente entre a população empregada e a população em idade ativa”. Nas séries do inquérito ao emprego de 2021 e 2011 (compatibilizada), a população em idade ativa corresponde ao grupo etário dos 16 aos 89 anos, já na a série anterior do inquérito ao emprego de 1998, a idade para se integrar a população ativa é 15 e mais anos.



* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

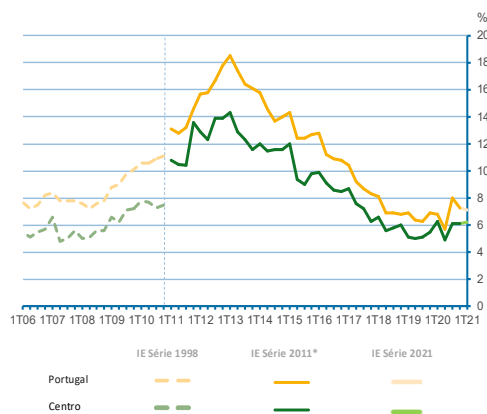
Quadro 3 – Emprego		1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	2020	2019	
								média trimestral	
Taxa de emprego									
Portugal	%	53,9	54,2	53,5	52,8	54,4	53,8	55,0	
Centro	%	52,5	52,7	51,6	51,3	52,4	52,0	54,2	
	v. h. (p.p.)	0,1	-0,9	-3,5	-2,8	-1,6	-2,2	0,7	
População empregada – Centro	milhares	1.005,1	1.003,7	982,8	978,9	1.000,5	991,5	1.030,9	
	v. h. (%)	0,5	-1,5	-6,2	-4,8	-2,7	-3,9	1,0	

¹¹ A taxa de desemprego é a relação entre a população desempregada e a população ativa.

A taxa de desemprego¹¹ da Região Centro fixou-se nos 6,2%, no primeiro trimestre de 2021, traduzindo um ligeiro decréscimo homólogo (0,1 pontos percentuais). Esta taxa, permaneceu inferior à média nacional, que foi de 7,1% e foi a mais baixa das sete regiões portuguesas.

Neste período, na região, encontravam-se desempregados 66,4 mil indivíduos, o que representou uma diminuição homóloga de 1,6%, e um aumento de 1,8% face ao período precedente. Esta evolução trimestral da população desempregada no primeiro trimestre de 2021, pode estar relacionada com o retorno ao confinamento geral da população para contenção da COVID-19, vigente durante todo esse período e que restringiu o normal funcionamento de algumas atividades económicas. Todavia, a atenuar o impacto negativo destas restrições sobre os trabalhadores encontram-se as medidas de proteção do emprego.

Taxa de desemprego em Portugal e no Centro



* IE Série 2011 compatibilizada com a série de 2021

Quadro 4 – Desemprego		1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	2020	2019
		média trimestral						
Taxa de desemprego								
Portugal	%	7,1	7,3	8,0	5,7	6,8	7,0	6,6
Centro	%	6,2	6,1	6,1	4,9	6,3	5,9	5,2
	v. h. (p.p.)	-0,1	0,6	1,0	-0,1	1,2	0,7	-0,8
População desempregada – Centro	milhares	66,4	65,2	64,3	50,6	67,5	61,9	56,3
	v. h. (%)	-1,6	10,5	14,2	-6,5	21,0	9,9	-13,8

¹² Para esta análise os valores da nova série de 2021 do inquérito ao emprego não são diretamente comparáveis com a série anterior (2011), pelo que não se realizaram análises homólogas.

No primeiro trimestre de 2021, o salário médio líquido mensal¹² dos trabalhadores por conta de outrem na Região Centro fixou-se nos 921 euros, mantendo-se tendencialmente inferior ao evidenciado pelos trabalhadores do país que, neste trimestre, foi de 984.

Quadro 5 – Salários*		1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	2020	2019
		média trimestral						
Salário médio líquido mensal (trabalhadores por conta de outrem)								
Portugal	€	984	968	955	952	929	951	909
Centro	€	921	918	897	882	858	889	850

* Os valores do 1.º trimestre de 2021 (série 2021) não são diretamente comparáveis com os dos períodos anteriores (série 2011).

DESEMPREGO REGISTRADO

-13,1%

foi o decréscimo
homólogo dos novos
desempregados
registados nos centros
de emprego da Região
Centro

83

colocações realizadas,
em média, por dia,
pelos centros de
emprego regionais

No primeiro trimestre de 2021, os desempregados inscritos nos centros de emprego da Região Centro atingiram o valor mais elevado dos últimos três anos, continuando a aumentar significativamente, embora a um ritmo inferior ao dos trimestres anteriores. Já os novos desempregados diminuíram, infletindo a tendência de crescimento sucessivo observada no ano de 2020. As colocações realizadas pelo IEFP cresceram face ao período homólogo. Assim, a variação do desemprego registado espelha, em grande medida, o impacto económico e social provocado pela pandemia associada à doença COVID-19, que neste trimestre, a avaliar sobretudo pelo comportamento dos novos desempregados, parece ter sido atenuado pela manutenção das medidas de apoio ao emprego e à atividade económica.

Neste trimestre, encontravam-se inscritos 69,48 mil desempregados nos centros de emprego do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) da Região Centro, representando o número mais elevado dos últimos três anos. Estes desempregados refletiram um crescimento homólogo de 21,3%, dando continuidade, embora a um ritmo menor, à tendência de aumentos observada desde o segundo trimestre de 2020 (que havia infletido mais de seis anos de reduções homólogas consecutivas).

Já os novos desempregados inscritos nos centros de emprego da região diminuíram 13,1%. Esta diminuição homóloga dos novos desempregados alterou o comportamento de acréscimos sucessivos verificados no último ano após mais de quatro anos de decréscimos homólogos. Neste trimestre, registaram-se, em média, por dia, 282 novos desempregados, aproximadamente menos 42 do que no trimestre homólogo.

As colocações efetuadas pelo IEFP registaram, neste trimestre, um aumento homólogo de 1,6%, invertendo também o comportamento de quebra verificado durante quase todo o ano de 2020 (apenas interrompido no terceiro trimestre). Em termos médios, ocorreram cerca de 83 colocações por dia (aproximadamente mais uma do que em igual período do ano anterior).

Assim, no primeiro trimestre de 2021, apesar das visíveis consequências ao nível do emprego, provocadas pela pandemia COVID-19 e resultantes, em grande medida, do novo abrandamento e/ou encerramento de algumas áreas de atividade económica decorrente do novo confinamento geral do país a partir de 15 de janeiro, assistiu-se, em termos homólogos, a uma redução dos novos desempregados e a um ligeiro acréscimo das colocações realizadas pelo IEFP. Para a evolução favorável destes indicadores poderá ter contribuído o prolongamento das medidas implementadas para proteção das empresas e dos postos de trabalho (de que é exemplo a possibilidade de *layoff* simplificado).

Quadro 6 – Desemprego Registado		1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	2020	2019
							média trimestral	
Dados do IEFP – Centro								
Desemprego registado*	milhares	69,48	66,02	69,12	69,07	57,26	65,37	55,48
	v. h. (%)	21,3	22,2	27,8	26,6	-3,4	17,8	-9,8
Novos desempregados**	milhares	25,38	29,01	29,03	28,43	29,20	28,92	26,33
	v. h. (%)	-13,1	4,2	4,5	24,5	8,8	9,8	-1,7
Colocações do IEFP**	milhares	7,51	6,44	8,67	5,62	7,39	7,03	7,78
	v. h. (%)	1,6	-4,1	3,2	-28,6	-9,0	-9,6	-0,8

* valores médios trimestrais

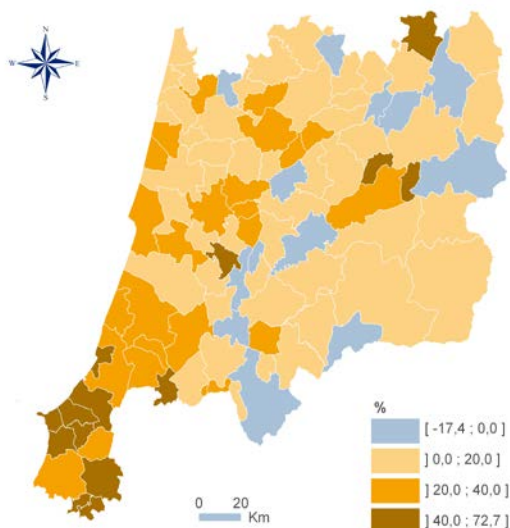
**soma dos valores dos meses que compõem o trimestre

¹³ O índice de disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional é um indicador que pretende traduzir a dispersão do desemprego registado no IEFP na população potencialmente ativa em cada município em relação ao valor desse indicador na Região Centro. Este índice é obtido da seguinte forma: $\frac{[(\text{desemprego registado}) / (\text{população média residente 15-64 anos})]_{\text{m}}}{[(\text{desemprego registado})_{\text{RC}} / (\text{população média residente 15-64 anos})_{\text{RC}}]} * 100$, sendo m determinado município e RC a Região Centro. Para o cálculo do índice foi utilizada a população média residente do escalão etário 15-64 anos relativa ao ano de 2019.

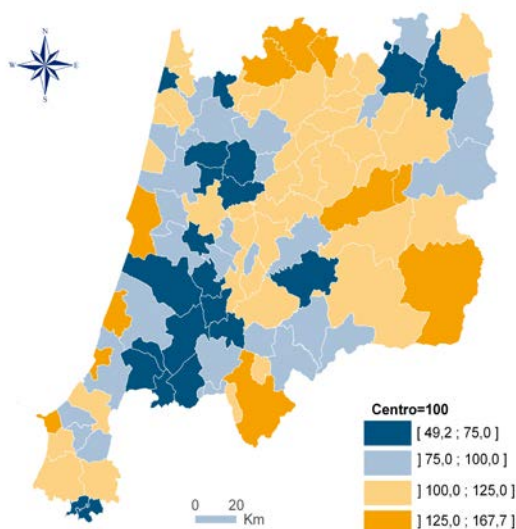
Analisando a evolução homóloga dos desempregados registados nos centros de emprego por município, verificou-se que apenas em 13 municípios ocorreu uma diminuição do desemprego face a igual período do ano anterior, destacando-se, pelas significativas reduções homólogas acima de 10%, Sever do Vouga (-17,4%), Pampilhosa da Serra (-15,0%) e Castanheira de Pera (-11,5%). Nos restantes 87 municípios, o número de desempregados aumentou, evidenciando-se, com crescimentos homólogos acima de 65%, os municípios de Bombarral (72,7%), Meda (68,0%) e Belmonte (65,3%).

Relativamente ao peso dos desempregados registados nos centros de emprego no total da população potencialmente ativa (15-64 anos), verificou-se que, neste trimestre, metade dos municípios apresentavam uma situação mais favorável do que a média regional, ou seja, índices de disparidade¹³ inferiores a 100. Os municípios mais bem posicionados eram Ferreira do Zêzere (49,2), Sever do Vouga (54,2) e Ourém (58,3). Na outra metade encontravam-se os municípios com índices superiores à média regional, dos quais se destacavam, com os valores mais elevados, os municípios de Belmonte (167,7), Idanha-a-Nova (167,6) e Figueira da Foz (149,1).

Variação homóloga do desemprego registado por município no primeiro trimestre de 2021



Disparidade do peso do desemprego registado por município face à média regional no primeiro trimestre de 2021¹³



EMPRESAS**-12,1%**

foi a diminuição
homóloga das
constituições de
empresas na região

11,2%

foi o aumento
homólogo real
dos empréstimos
concedidos às
empresas na região,
o mais expressivo dos
últimos 11 anos

No primeiro trimestre de 2021, continuou a assistir-se, na Região Centro e em Portugal, a uma diminuição das empresas constituídas e a um aumento significativo das ações de insolvências. Esta evolução pode decorrer, em grande medida, do novo confinamento geral da população decretado pelo Governo, em janeiro, para contenção da terceira vaga da COVID-19. Em termos regionais, os empréstimos concedidos às empresas registaram o crescimento homólogo real mais significativo em 11 anos, o que pode resultar já da linha de crédito concedida pelo Estado para apoio às empresas cuja atividade foi afetada pela COVID-19. Já o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos permaneceu em queda face a igual período do ano anterior.

Na região, constituíram-se 1.622 novas empresas neste trimestre, o que se traduziu num decréscimo de 12,1% face a igual período do ano anterior. Esta evolução regional deu continuidade ao comportamento negativo observado desde o quarto trimestre de 2019, apenas interrompido no terceiro trimestre de 2020, e acompanhou o total do país, em que o número de novas constituições decresceu em cerca de 18%. Em termos médios, foram criadas 18 novas empresas por dia na região, contribuindo para as 110 constituídas diariamente no país.

Neste trimestre, as ações de insolvência¹⁴ de empresas na Região Centro e em Portugal aumentaram muito significativamente, em 15,9% e 21,1%, respetivamente. Este aumento das insolvências na região influiu na trajetória de decréscimo observada nos últimos dois anos, apenas interrompida no terceiro trimestre de 2020. Em Portugal ocorreram cerca de 18 ações de insolvência, em média, por dia, das quais três foram de empresas com sede na Região Centro.

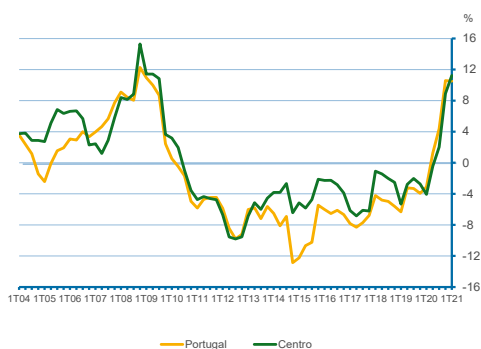
Assim, no primeiro trimestre de 2021, o comportamento das constituições e das ações de insolvência de empresas poderá estar relacionado, em grande medida, com os efeitos da pandemia COVID-19, denotando o efeito negativo no setor empresarial da renovação do estado de emergência em Portugal, logo no início de 2021, e de um novo confinamento geral da população, e consequentes restrições às atividades económicas, em vigor a partir de 15 de janeiro. De salientar que, para minimização destes efeitos, mantiveram-se as medidas de proteção das empresas, nomeadamente da sua capacidade produtiva e dos seus postos de trabalho (de que são exemplo, os vários instrumentos de crédito concedidos para apoio à situação de tesouraria das empresas e os procedimentos de *layoff* simplificado).

Os empréstimos concedidos pela banca a sociedades não financeiras registaram, no primeiro trimestre de 2021, um crescimento homólogo real de 11,2%, que traduz uma aceleração das variações positivas dos dois períodos precedentes e o aumento mais significativo desde o terceiro trimestre de 2009. Este acréscimo regional acompanhou a evolução da média do país, em que os empréstimos concedidos aumentaram 10,5%, mantendo o comportamento dos últimos três períodos, que havia influido 10 anos de quebras homólogas consecutivas. Esta evolução na região e no país pode já traduzir os efeitos das linhas de crédito, garantidas pelo Estado e disponibilizadas através do sistema bancário, para apoiar a atividade das micro, pequenas e médias empresas que atuam em setores particularmente afetados pelas medidas excecionais aprovadas no contexto da pandemia da doença COVID-19 (de que são exemplo o turismo e a restauração).

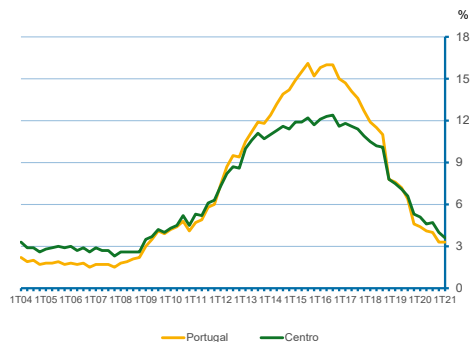
¹⁴ A Iberinform, Crédito y Caución disponibiliza informação das ações de insolvência publicadas de acordo com a seguinte classificação: Declarada a Insolvência, Declarada a Insolvência – Apresentada, Declarada a Insolvência – Requerida e Em Plano de Insolvência. O total de ações de insolvência inclui estas quatro classificações.

O incumprimento das empresas, medido pela importância dos empréstimos vencidos no total dos concedidos às sociedades não financeiras, manteve-se em queda face ao trimestre homólogo (-1,5 e -1,1 pontos percentuais, respetivamente, na região e no país). Deste modo, no primeiro trimestre de 2021, este indicador fixou-se nos 3,6% na região, que, apesar de permanecer acima da média do país (3,3%), observou o valor mais baixo dos últimos 12 anos.

Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras
(variação homóloga real)



Peso dos empréstimos vencidos
das sociedades não financeiras



Quadro 7 – Empresas		1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	2020	2019
		média trimestral						
Empresas constituídas								
Portugal	número	9.930	9.412	9.899	6.048	12.075	9.359	12.230
	v. h. (%)	-17,8	-15,3	-6,0	-47,5	-23,4	-23,5	7,9
Centro	número	1.622	1.463	1.761	1.008	1.846	1.520	1.819
	v. h. (%)	-12,1	-6,5	18,8	-41,0	-26,8	-16,5	10,4
Empréstimos concedidos a sociedades não financeiras*								
Portugal	milhões €	74.809	73.974	72.142	70.906	67.415	71.109	68.916
	v. h. real (%)	10,5	10,6	4,4	1,2	-3,1	3,2	-4,2
Centro	milhões €	13.986	13.694	13.370	13.135	12.521	13.180	12.983
	v. h. real (%)	11,2	8,9	2,0	-0,4	-4,1	1,5	-3,2
Empréstimos vencidos (em percentagem dos concedidos)*								
Portugal	%	3,3	3,3	4,0	4,1	4,4	4,0	6,5
Centro	%	3,6	4,0	4,7	4,6	5,1	4,6	6,6
Ações de insolvência								
Portugal	número	1.579	1.433	1.227	1.445	1.304	1.352	1.378
	v. h. (%)	21,1	-11,4	33,1	0,1	-14,8	-1,9	-16,6
Centro	número	284	242	205	227	245	230	257
	v. h. (%)	15,9	-22,4	18,5	-15,3	-10,6	-10,5	-15,6

* A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

COMÉRCIO INTERNACIONAL DE BENS

9,2%

foi o crescimento
homólogo real das
saídas de bens da
região

8,7%

foi o acréscimo
homólogo real das
entradas de bens na
região

No primeiro trimestre de 2021, na Região Centro, registaram-se aumentos homólogos reais nas saídas e entradas de bens. O crescimento expressivo do mercado extracomunitário foi o que mais justificou a variação regional das saídas de bens. No caso das entradas de bens o maior contributo teve origem no mercado intracomunitário. Também em Portugal o comércio internacional evoluiu favoravelmente. Assim, esta evolução do comércio de bens, nomeadamente com os restantes Estados Membros, parece não ter sido influenciada negativamente pelo surgimento de novas vagas da pandemia COVID-19 e das consequentes restrições para a sua contenção, o que poderá resultar, em grande medida, das medidas de apoio adotadas à escala da União Europeia.

As saídas de bens da Região Centro registaram, neste trimestre, um crescimento homólogo real¹⁵ de 9,2%, dando continuidade ao comportamento positivo observado nos dois períodos antecedentes e acompanhando o total nacional que aumentou 5,1%. Para esta evolução observada na Região Centro contribuíram ambos os mercados, com destaque para o extracomunitário que representava, pelo terceiro trimestre consecutivo, um significativo acréscimo homólogo das saídas (12,2%). As variações regionais do comércio internacional registadas neste trimestre continuaram a traduzir, ainda que parcialmente, os efeitos associados ao *Brexit*¹⁶ e são, pela primeira vez, comparadas com um período homólogo em que o impacto da pandemia COVID-19 já se fez sentir, ainda que apenas no último mês que compõe o trimestre. No primeiro trimestre de 2021 assistiu-se também ao surgimento de novas vagas da COVID-19 nos vários Estados Membros da União Europeia que, no caso específico de Portugal, obrigou, a partir de finais de janeiro, a novo encerramento das fronteiras terrestres com Espanha. No entanto, este agravamento do surto pandémico parece não ter influenciado negativamente o funcionamento do transporte de mercadorias, o que poderá ser resultado, em grande medida, da utilização dos chamados “corredores verdes”¹⁷ criados pela União Europeia, em meados de março de 2020, para assegurar a continuidade desse transporte.

¹⁵ As taxas de variação real das variáveis presentes neste capítulo foram calculadas, na região e em Portugal, com base nos deflatores de Contas Nacionais específicos desses fluxos (atualizados para a base 2016).

¹⁶ Atendendo à concretização do *Brexit* ocorrida a 31 de janeiro de 2020, os dados referentes às transações de/para o Reino Unido foram considerados pelo Instituto Nacional de Estatística, a partir de fevereiro de 2020, no comércio extracomunitário.

¹⁷ Podem entender-se como vias reservadas, que constituem pontos de passagem das fronteiras internas da rede transeuropeia de transportes, sempre que ocorram controlos nas fronteiras internas dos Estados-Membros ou que os mesmos tenham sido introduzidos. Este mecanismo destina-se a preservar o funcionamento das cadeias de abastecimento em toda a União Europeia e a assegurar que todas as mercadorias, incluindo, mas não exclusivamente, as mercadorias essenciais possam chegar rapidamente ao seu destino.

Quadro 8 – Comércio Internacional de Bens*		1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	2020	2019
		média trimestral						
Saídas de bens								
Portugal	milhões €	15.438,4	14.899,7	13.772,7	10.586,7	14.531,2	13.447,6	14.975,7
	v. h. real (%)	5,1	-1,4	0,4	-28,6	-2,4	-8,1	3,6
Intracomunitárias	milhões €	11.116,8	10.552,8	9.910,9	7.554,2	10.673,6	9.672,9	11.499,1
	v. h. real (%)	3,0	-8,4	-4,9	-33,5	-8,4	-13,9	4,4
Extracomunitárias	milhões €	4.321,6	4.346,9	3.861,8	3.032,5	3.857,6	3.774,7	3.476,6
	v. h. real (%)	10,8	21,3	17,2	-12,7	19,3	11,1	0,8
Centro	milhões €	2.993,5	2.894,7	2.661,0	2.075,1	2.711,2	2.585,5	2.833,2
	v. h. real (%)	9,2	3,7	2,7	-26,4	-5,6	-6,6	0,5
Intracomunitárias	milhões €	2.325,3	2.194,3	2.039,1	1.571,4	2.122,1	1.981,7	2.270,2
	v. h. real (%)	8,4	-1,2	-1,0	-31,3	-7,9	-10,7	0,7
Extracomunitárias	milhões €	668,2	700,5	621,9	503,6	589,1	603,8	563,0
	v. h. real (%)	12,2	22,7	16,9	-5,2	3,8	9,8	-0,5
Entradas de bens								
Portugal	milhões €	18.082,1	18.238,5	16.924,5	13.633,5	19.096,1	16.973,1	19.994,3
	v. h. real (%)	-3,7	-5,8	-7,9	-28,7	-2,6	-11,2	6,4
Intracomunitárias	milhões €	13.567,5	14.118,1	12.694,9	10.182,7	13.889,3	12.721,3	15.273,2
	v. h. real (%)	-0,7	-6,0	-8,7	-30,2	-6,8	-12,9	7,0
Extracomunitárias	milhões €	4.514,6	4.120,4	4.229,5	3.450,8	5.206,7	4.251,9	4.721,1
	v. h. real (%)	-11,8	-5,1	-5,1	-24,0	10,3	-5,8	4,4
Centro	milhões €	2.522,1	2.424,4	2.136,2	1.878,4	2.358,2	2.199,3	2.469,2
	v. h. real (%)	8,7	6,7	-5,3	-23,3	-4,3	-6,9	-0,8
Intracomunitárias	milhões €	1.970,8	1.957,4	1.678,5	1.415,8	1.834,7	1.721,6	1.972,4
	v. h. real (%)	9,2	5,2	-5,4	-26,3	-7,7	-8,7	-2,4
Extracomunitárias	milhões €	551,3	467,0	457,7	462,6	523,4	477,7	496,7
	v. h. real (%)	7,1	13,4	-4,9	-12,3	9,7	0,6	6,0

*Os valores de 2019 são definitivos, os de 2020 e de 2021 são preliminares sendo revistos trimestralmente.

Os dados do comércio internacional foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016. A distribuição regional do comércio internacional tem por base a sede dos operadores (e não a região onde a transação dos bens ocorreu).

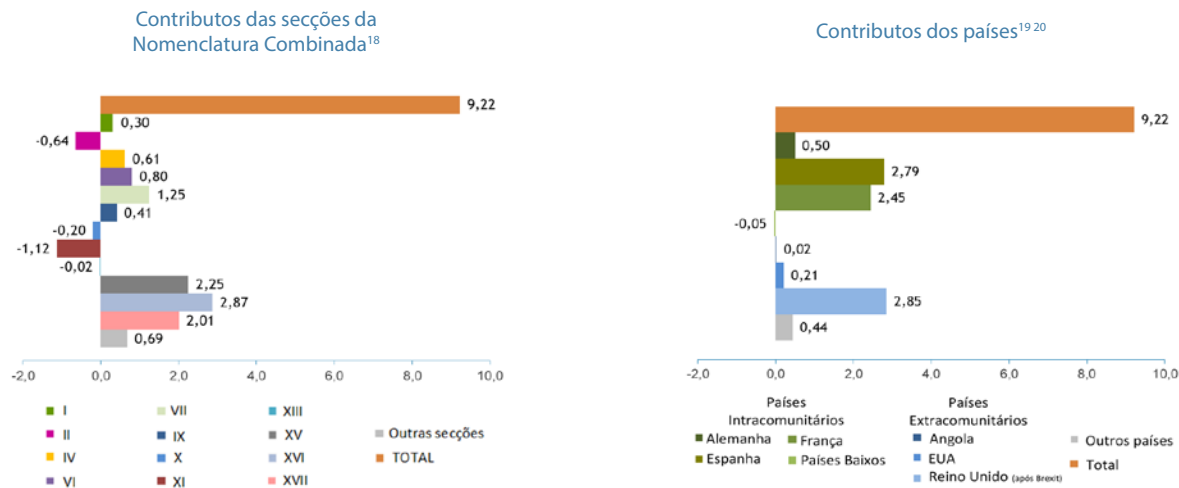
¹⁸ Das 21 secções da Nomenclatura Combinada foram escolhidas as que, no período em análise, assumiram conjuntamente uma importância igual ou superior a 93% e 92% do total das saídas e das entradas de bens na Região Centro. Estas secções encontram-se identificadas nas fontes de informação deste boletim.

¹⁹ Dos diversos países com os quais a Região Centro estabelece relações comerciais foram escolhidos, nos mercados intra e extracomunitários, os que, neste trimestre, representavam no seu conjunto mais de 69% e 78% do total das saídas e das entradas de bens na região, respetivamente.

Considerando as saídas de bens da região por grupos de produtos, tendo em conta as doze secções da Nomenclatura Combinada com maior importância nas transações internacionais¹⁸ da Região Centro, verificou-se que, neste trimestre, mais de metade das secções analisadas explicaram positivamente a evolução regional, destacando-se, com um contributo conjunto de 7,13 pontos percentuais, três secções (XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios”; XV “metais comuns e suas obras” e XVII “material de transporte”). Apenas quatro secções contrariaram este crescimento regional, salientando-se, com as quebras homólogas reais mais significativas, as secções XI “matérias têxteis e suas obras” (-1,12%) e II “produtos do reino vegetal” (-0,64%). A evolução regional dos grupos de produtos, neste trimestre, continuou a evidenciar uma maior saída de outros tipos de bens para além dos alimentares e de primeira necessidade (estando aqui incluídos, os medicamentos, equipamentos médicos e de proteção individual), parecendo manter a fluidez do transporte de mercadorias, apesar da reposição de grande parte das restrições impostas pelos países para contenção das novas vagas da COVID-19 no primeiro trimestre de 2021.

Analisando as saídas de bens da região tendo em consideração os países de destino com maior importância nas transações internacionais¹⁹ da Região Centro, constatou-se que a totalidade dos países analisados no mercado extracomunitário contribuíram para a variação homóloga regional positiva. Destes países, destacou-se, pelo contributo positivo mais expressivo, o Reino Unido que explicou em 2,85% a variação regional das saídas. No mercado intracomunitário, apenas os Países Baixos contrariaram ligeiramente (em 0,05%) a variação positiva.

Taxa de variação homóloga real das saídas de bens no Centro no primeiro trimestre de 2021 (%)



As entradas de bens na Região Centro registaram face a igual período do ano anterior um aumento real de 8,7%, mantendo o crescimento observado no trimestre anterior e contrariando o total nacional que decresceu 3,7%. Nas importações de bens, ambos os mercados contribuíram positivamente para esta variação regional, destacando-se o crescimento homólogo real de 9,2% nos bens provenientes dos países da União Europeia. Esta evolução regional das importações, tal como das exportações, também parece não ter sido influenciada negativamente pela retoma neste trimestre de muitas das medidas impostas pelos países para controlo das novas vagas da pandemia por COVID-19. Destas medidas, destacam-se as adotadas no seio da União Europeia, pelo forte impacto neste fluxo de bens que decorre da importância significativa (mais de 75%) que as entradas de bens, providas deste conjunto de países, assume no total de entradas de bens na região.

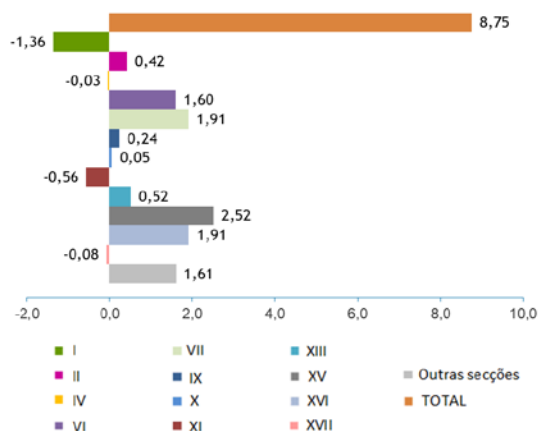
Em termos das entradas de bens dos 12 grupos de produtos com maior importância nas transações internacionais da região, observou-se que a maioria desses grupos contribuíram para a variação homóloga real positiva das entradas de bens, evidenciando-se, com um contributo conjunto de 6,34 pontos percentuais, três secções (XV “metais comuns e suas obras”; XVI “máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios” e VII “plástico e suas obras; borracha e suas obras”). Das quatro secções que contrariaram o comportamento regional observado no trimestre, salientam-se as secções I “animais vivos e produtos do reino animal” (-1,36%) e XI “matérias têxteis e suas obras” (-0,56%).

No que respeita às entradas de bens na região por países de origem com maior relevância nas transações internacionais, verificou-se que, tal como nas saídas de bens, todos os países analisados no mercado extracomunitário contribuíram positivamente para a variação homóloga regional de 8,75%, evidenciando-se a China com uma variação de 0,91%. Dos países com relevo no mercado intracomunitário, apenas os Países Baixos registaram um contributo ligeiramente negativo, contrariando em -0,08% a variação total.

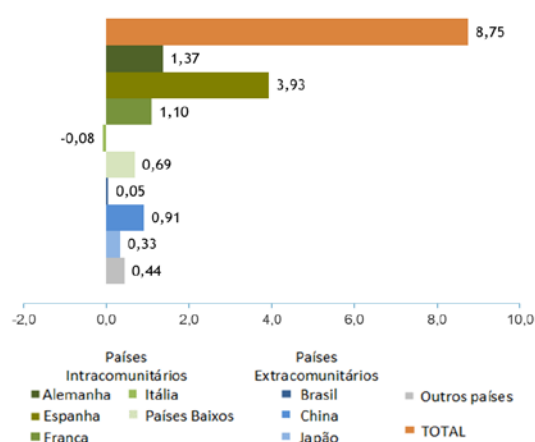
²⁰ Para a presente análise o Reino Unido foi integrado no mercado extracomunitário, pelo facto de já ser considerado um país terceiro neste trimestre, após a concretização do *Brexit* em 31 de janeiro de 2020.

Taxa de variação homóloga real das entradas de bens no Centro no primeiro trimestre de 2021 (%)

Contributos das secções da Nomenclatura Combinada¹⁸



Contributos dos países¹⁹



TURISMO

258 mil

foram as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região

A atividade turística manteve-se em quebra na região e no país no primeiro trimestre de 2021, consequência das medidas adotadas para contenção da terceira vaga da doença COVID-19. Os hóspedes, as dormidas e os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico continuaram a registar na região quebras homólogas trimestrais muito elevadas. Já a estada média na região aumentou face ao trimestre homólogo, observando-se um máximo histórico.

2,0 noites

foi a estada média nesses estabelecimentos, a mais elevada dos últimos quatro anos

Neste trimestre, os estabelecimentos de alojamento turístico²¹ da Região Centro acolheram 128 mil hóspedes, traduzindo uma redução homóloga de 77,6%. Esta evolução regional foi mais acentuada do que a registada nos dois períodos antecedentes, mas ligeiramente menos intensa do que a média nacional, que foi de -78,8% (resultado de uma descida para um total trimestral de 786 mil hóspedes no país), e do que a quebra histórica observada no segundo trimestre de 2020. Se considerarmos apenas a hotelaria, excluindo assim o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local, a diminuição homóloga nos hóspedes foi ainda mais acentuada (80,3% na região e 79,5% no país).

Também as dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico da região registaram uma quebra significativa face ao mesmo período do ano anterior (-71,7%), superior aos dois trimestres anteriores, mas inferior à média do país (-80,1%) e à quebra de 87,2% registada no segundo trimestre de 2020. Consequentemente, os proveitos dos estabelecimentos de alojamento turístico registaram uma redução homóloga real na região e no país, de 76,1% e 83,6%, respetivamente, sendo a segunda maior quebra trimestral ocorrida no setor do turismo desde o início da pandemia COVID-19 em Portugal. Para a evolução regional dos proveitos contribuiu a significativa contração homóloga real dos proveitos de aposento que diminuiram 72,4% e que representavam, neste trimestre, cerca de 79% do total de proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico.

Já a estada média na Região Centro e em Portugal cifrou-se em 2,0 e 2,3 noites, respetivamente. No caso regional, o valor da estada média observada no primeiro trimestre de 2021, apesar de não ultrapassar a média nacional, foi superior em 0,4 noites à do trimestre homólogo e a mais elevada dos últimos quatro anos (máximo histórico). Esta evolução muito favorável da estada média na região pode significar que os hóspedes reconhecem no Centro um destino tranquilo e seguro no atual contexto de pandemia.

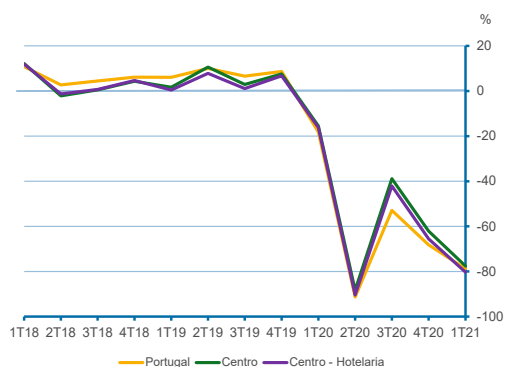
²¹ O setor de alojamento turístico inclui a hotelaria, o turismo no espaço rural e de habitação e ainda o alojamento local. A hotelaria abrange hotéis, hotéis-apartamentos, Pousadas e Quintas da Madeira, aldeamentos turísticos e apartamentos turísticos.

A pandemia COVID-19 continuou, no primeiro trimestre de 2021, a ter um forte impacto nos resultados da atividade turística. Neste período, na sequência da renovação do estado de emergência em Portugal para contenção da terceira vaga da doença, foi imposto um novo confinamento geral da população a partir de 15 de janeiro, com significativas restrições à mobilidade das pessoas. Destas medidas, com maior impacto no setor do turismo neste trimestre, destacaram-se a continuação da proibição de circulação entre concelhos aos fins-de-semana, para os municípios com risco de contágio por COVID-19 muito elevado ou extremamente elevado; o encerramento das fronteiras terrestres, do comércio não essencial e dos espaços culturais e o impedimento do setor hoteleiro de prestar serviço de refeições (o que limitou muito a atividade das poucas unidades hoteleiras que se mantiveram em funcionamento).

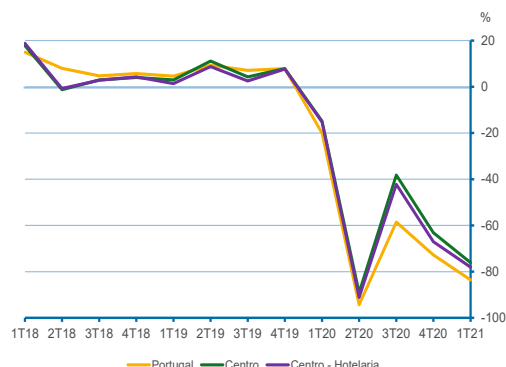
Quadro 9 – Turismo		1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	2020 média trimestral	2019
Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	786	1.857	4.276	672	3.706	2.628	6.786
	v. h. (%)	-78,8	-68,2	-52,9	-91,3	-18,2	-61,3	7,9
Centro	milhares	128	348	851	133	570	475	1.030
	v. h. (%)	-77,6	-62,1	-38,8	-88,3	-15,5	-53,8	5,7
Hotелaria	milhares	88	252	611	86	447	349	804
	v. h. (%)	-80,3	-65,6	-42,1	-90,4	-16,2	-56,6	4,0
Dormidas em estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares	1.792	4.202	11.294	1.473	8.992	6.490	17.540
	v. h. (%)	-80,1	-69,9	-55,7	-92,5	-18,3	-63,0	4,6
Centro	milhares	258	601	1.621	245	913	845	1.784
	v. h. (%)	-71,7	-60,2	-38,5	-87,2	-15,0	-52,6	5,3
Hotелaria	milhares	175	423	1.163	153	707	612	1.377
	v. h. (%)	-75,3	-64,5	-41,3	-89,8	-15,4	-55,6	3,2
Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	milhares €	77.618	224.464	693.846	68.331	470.263	364.226	1.073.953
	v. h. real (%)	-83,6	-72,8	-58,6	-94,3	-20,1	-66,1	7,4
Centro	milhares €	10.881	28.313	81.941	10.134	45.372	41.440	88.854
	v. h. real (%)	-76,1	-63,2	-38,2	-89,0	-14,8	-53,4	6,4
Hotелaria	milhares	8.103	20.947	60.120	6.661	36.783	31.128	71.626
	v. h. real (%)	-78,1	-67,1	-42,2	-91,1	-15,3	-56,5	4,9
Estada média nos estabelecimentos de alojamento turístico								
Portugal	n.º noites	2,3	2,3	2,6	2,2	2,4	2,5	2,6
Centro	n.º noites	2,0	1,7	1,9	1,8	1,6	1,8	1,7

Desde a edição n.º 15 deste boletim que os dados absolutos se reportam à soma dos valores mensais em cada trimestre. Os valores de 2020 são provisórios e os de 2021 são provisórios, exceto os do mês mais recente que são preliminares.

Hóspedes em estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga)



Proveitos totais dos estabelecimentos de alojamento turístico (variação homóloga real)



CONSTRUÇÃO E HABITAÇÃO

8,3%

foi o aumento homólogo dos novos fogos concluídos para habitação familiar na região

-28,6%

foi a diminuição homóloga real regional dos empréstimos à habitação vencidos, em queda há mais de quatro anos

No primeiro trimestre de 2021, os edifícios licenciados evidenciaram uma evolução positiva na região, a avaliar pelos crescimentos homólogos registados em todos os indicadores. Em contraste, as obras concluídas na região diminuíram, com exceção dos novos fogos para habitação familiar que aumentaram. As variações negativas observadas no setor da construção podem refletir já os efeitos do novo confinamento geral do país para contenção da terceira vaga da pandemia COVID-19. Das variáveis relativas aos empréstimos à habitação, manteve-se em destaque a evolução muito favorável dos empréstimos vencidos, que continuaram a registar quebras significativas e cujo peso no total dos concedidos foi o mais reduzido dos últimos 12 anos. A avaliação bancária da habitação na região aumentou, registando o valor mais elevado em 10 anos.

Neste trimestre, foram licenciados, na região, 1.741 edifícios, o que se traduziu num aumento homólogo de 5,3%. Esta variação regional foi superior à média do país, que registou um aumento de 4,7%, e deu continuidade à tendência positiva verificada desde 2019 e apenas interrompida no segundo trimestre de 2020. Também os restantes indicadores do licenciamento apresentaram evoluções positivas. O licenciamento de construções novas na região aumentou 3,7%, dando continuidade à evolução positiva verificada há dois anos (com exceção do segundo trimestre de 2020). Também o licenciamento de novos fogos para habitação familiar teve um acréscimo de 8,3% em termos homólogos, mantendo a trajetória de crescimento observada durante o ano de 2020.

Os edifícios concluídos diminuíram 13,3%, na região, em termos homólogos, mantendo o comportamento negativo do último trimestre de 2020, que infletiu a evolução positiva registada há mais de dois anos (apenas interrompida no segundo trimestre de 2020). Esta redução deveu-se ao decréscimo homólogo das conclusões de construções novas (-7,3%). Já os novos fogos concluídos para habitação familiar cresceram 8,8% face a igual período do ano anterior, mantendo a evolução positiva iniciada em 2019 (também, neste caso, com a exceção do segundo trimestre de 2020). Em termos nacionais, a evolução do total de edifícios concluídos acompanhou o comportamento regional observando-se um decréscimo homólogo de 13,6%, que intensificou o comportamento do trimestre precedente.

As variações negativas dos edifícios concluídos poderão estar associadas aos efeitos adversos do reforço das medidas adotadas, a partir de 15 de janeiro, para contenção da terceira vaga da pandemia COVID-19 em Portugal, nomeadamente da imposição de um novo confinamento geral da população que afetou massivamente diversas áreas da atividade económica. Apesar do setor da construção não ter suspenso a sua atividade durante todo o período do surto pandémico em Portugal, em meados de março de 2020, parece sofrer a influência da paralisação ou da desaceleração de outras atividades económicas (tal como já havia acontecido de forma mais intensa no segundo trimestre de 2020). Porém, as variações homólogas positivas dos edifícios licenciados podem indicar perspetivas positivas para o futuro do setor.

Os empréstimos concedidos pelos bancos para habitação, no primeiro trimestre de 2021, cresceram 2,0% na região e 2,5% no país, em termos homólogos reais. O valor registado pela Região Centro, neste trimestre, deu continuidade ao comportamento positivo verificado há mais de um ano, após oito anos de diminuições homólogas consecutivas. Já os empréstimos à habitação vencidos na região continuaram a diminuir muito expressivamente (-28,6%), acompanhando a evolução nacional (-19,8%) e mantendo a tendência de quebras sucessivas verificada há mais de quatro anos. Também o peso dos empréstimos vencidos no total dos concedidos à habitação diminuiu, face ao período homólogo, cifrando-se, em 0,7% na região e 0,6% no país. Estes valores igualaram os do trimestre anterior, sendo os mais baixos observados nos últimos 12 anos.

Quadro 10 – Construção e Habitação		1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	2020	2019
		média trimestral						
Edifícios licenciados*								
Portugal	número	6.367	5.811	5.975	5.078	6.084	5.737	5.878
	v. h. (%)	4,7	0,8	4,6	-12,3	-2,6	-2,4	5,6
Centro	número	1.741	1.581	1.675	1.337	1.653	1.562	1.606
	v. h. (%)	5,3	0,3	3,8	-16,5	1,2	-2,8	2,5
Construções novas	número	1.263	1.129	1.222	972	1.218	1.135	1.124
	v. h. (%)	3,7	2,9	4,7	-11,9	7,9	1,0	7,3
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	8,3	8,3	7,7	0,9	14,1	7,6	6,1
	Edifícios concluídos* **							
Portugal	número	3.715	3.700	3.665	3.362	4.302	3.757	3.546
	v. h. (%)	-13,6	-4,1	1,5	-2,8	32,2	6,0	11,6
Centro	número	934	978	988	823	1 077	967	962
	v. h. (%)	-13,3	-1,9	2,3	-15,2	17,6	0,4	5
Construções novas	número	754	776	774	616	813	745	726
	v. h. (%)	-7,3	2,4	7,6	-15,2	16,3	2,7	7,0
Novos fogos para habitação familiar	v. h. (%)	8,8	24,2	10,7	-7,3	2,5	8,0	12,4
	Empréstimos concedidos para habitação***							
Portugal	v. h. real (%)	2,5	2,6	1,4	1,0	0,0	1,2	-0,4
	v. h. real (%)	2,0	1,8	1,0	0,9	0,3	1,0	-0,3
Centro	v. h. real (%)	-19,8	-18,1	-35,8	-44,4	-46,3	-38,5	-39,5
	v. h. real (%)	-28,6	-38,3	-41,5	-43,0	-37,7	-40,1	-31,3
Empréstimos à habitação vencidos***								
Portugal	v. h. real (%)	-19,8	-18,1	-35,8	-44,4	-46,3	-38,5	-39,5
	v. h. real (%)	-28,6	-38,3	-41,5	-43,0	-37,7	-40,1	-31,3
Avaliação bancária da habitação****								
Portugal	€/m ²	1.187,0	1.156,0	1.128,0	1.119,0	1.110,0	1.128,3	1.048,3
	v. h. real (%)	6,5	6,1	5,8	8,9	9,9	7,6	10,3
Centro	€/m ²	861,0	836,0	832,0	858,0	816,0	835,5	790,8
	v. h. real (%)	5,1	2,6	4,8	9,9	5,5	5,7	6,9

*O total integra construções novas, ampliações, alterações e reconstruções.

** A informação para os anos de 2019, 2020 e 2021 corresponde a dados preliminares e baseia-se nas Estimativas de Obras Concluídas.

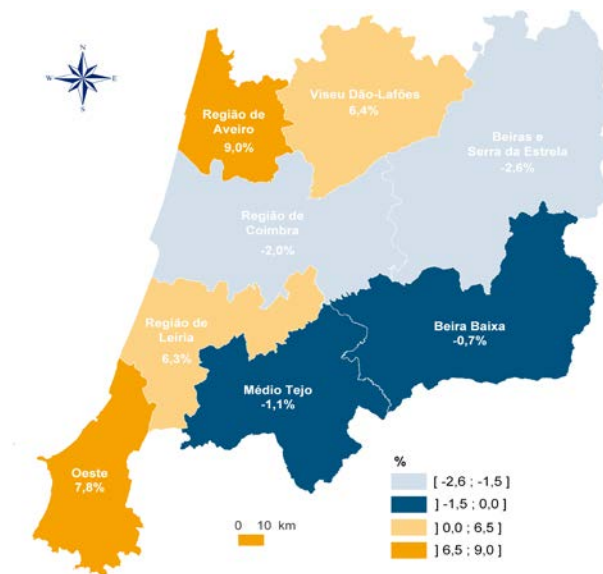
*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuo.

**** Os resultados do Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação, divulgados mensalmente, têm por base o valor mediano de avaliação bancária registado no mês de referência e nos dois meses anteriores (ou seja, no trimestre terminado em cada mês).

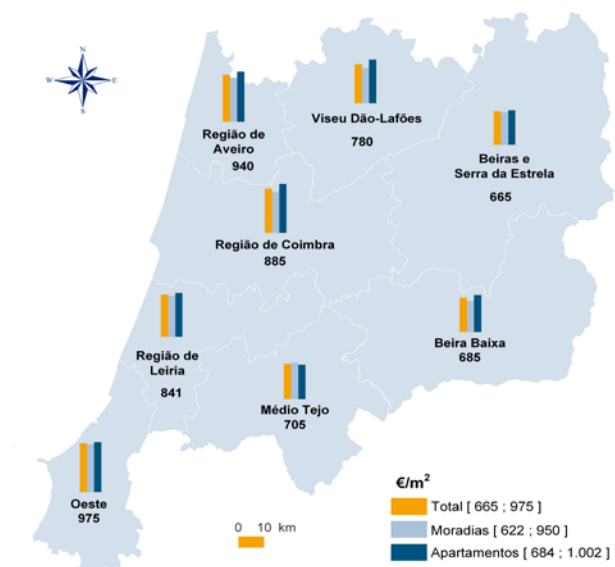
Na Região Centro, neste trimestre, a avaliação bancária da habitação aumentou 5,1% em termos homólogos reais, a par da evolução nacional que cresceu 6,5%. Cada metro quadrado destinado à habitação na região foi avaliado pelas entidades bancárias em 861 euros (mais 45 euros por metro quadrado do que em igual período do ano anterior). Esta evolução regional traduz o maior valor da avaliação bancária da última década. Em metade das sub-regiões da Região Centro, o valor da avaliação bancária aumentou em termos homólogos reais, destacando-se, pelas variações homólogas reais mais expressivas Região de Aveiro (9,0%) e Oeste (7,8%). Na outra metade das sub-regiões observou-se uma diminuição homóloga da avaliação bancária, destacando-se, pelas quebras homólogas reais mais expressivas Beiras e Serra da Estrela (-2,6%) e Região de Coimbra (-2,0%).

As duas tipologias de habitação (moradias e apartamentos) contribuíram para esta evolução positiva da avaliação bancária da habitação na região, tendo-se verificado um crescimento homólogo real de 6,0% no valor da avaliação bancária dos apartamentos e de 5,6% nas moradias. O Oeste foi a sub-região com a avaliação mais elevada (975€/m²) e continuou a evidenciar a valorização mais alta nas moradias (950€/m²). A Região de Aveiro era a sub-região onde os apartamentos eram mais valorizados (1.002€/m²), enquanto a valorização menos elevada ocorria no Médio Tejo (684€/m²). Já as Beiras e Serra da Estrela foi a sub-região menos valorizada em termos médios globais (665€/m²) e a Beira Baixa era onde as moradias se encontravam menos valorizadas (622€/m²).

Taxa de variação homóloga real da avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2021



Avaliação bancária da habitação no primeiro trimestre de 2021



PREÇOS E CONSUMO PRIVADO

0,52%

foi a taxa de inflação
homóloga regional
no trimestre

1,8%

foi o crescimento
homólogo real dos
pagamentos em
caixas automáticos
na região

²² Segundo o Instituto Nacional de Estatística, a pandemia COVID-19 e as consequentes restrições ao comércio e serviços obrigaram a abordagens alternativas no cálculo do IPC durante os meses de abril a julho de 2020 (nomeadamente aumentaram o número de preços estimados). A partir de agosto o apuramento do IPC voltou a ser feito com recurso ao trabalho de campo de inquiridores, à semelhança do que era feito até março de 2020. Refira-se que o IPC integra um número significativo de preços obtidos por via administrativa, que não foram afetados por estas restrições.

No primeiro trimestre de 2021, o Índice de Preços no Consumidor aumentou na Região Centro e em Portugal. Na região, a maioria dos indicadores representativos do consumo privado observaram evoluções desfavoráveis, que podem ser reflexo, em grande medida, do impacto do novo confinamento geral do país decretado pelo Governo para contenção da terceira vaga da COVID-19. Já a nível nacional a retração do consumo privado foi ainda mais acentuada.

O nível médio de preços na região, avaliados pelo Índice de Preços no Consumidor (IPC)²², registou um acréscimo de 0,52%, em termos homólogos. Esta evolução regional acompanhou a média nacional (que cresceu 0,41%) e acelerou o crescimento do trimestre anterior. Na região, sete das doze classes de despesa contribuíram para este crescimento do nível geral dos preços, destacando-se com os acréscimos mais expressivos a “saúde” (1,95%), os “restaurantes e hotéis” (1,56%) e as “bebidas alcoólicas e tabaco” (1,17%). As cinco restantes classes de despesa registaram variações negativas na comparação homóloga, realçando-se, pelas diminuições mais significativas, a “educação” (-3,25%) e a “habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis” (-1,14%).

Quadro 11 – Preços		1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	2020	2019
							média trimestral	
Índice de Preços no Consumidor – IPC								
Portugal	v. h. (%)	0,41	-0,17	0,00	-0,27	0,41	-0,01	0,34
Centro	v. h. (%)	0,52	0,03	-0,09	-0,56	0,23	-0,10	0,32
Produtos alimentares e bebidas não alcoólicas	v. h. (%)	0,71	2,01	1,81	3,33	1,19	2,08	0,30
Bebidas alcoólicas e tabaco	v. h. (%)	1,17	0,58	0,53	0,99	1,23	0,83	1,71
Vestuário e calçado	v. h. (%)	-0,13	-1,07	0,18	-4,25	-2,91	-2,03	-2,04
Habitação, água, eletricidade, gás e outros combustíveis	v. h. (%)	-1,14	-1,32	-1,34	-2,36	0,31	-1,18	-0,63
Acessórios, equipamento doméstico e manutenção corrente da habitação	v. h. (%)	-0,65	-0,43	-1,10	-1,77	-1,68	-1,25	-1,41
Saúde	v. h. (%)	1,95	1,69	0,66	0,59	0,68	0,90	1,00
Transportes	v. h. (%)	0,09	-2,68	-2,64	-3,59	0,94	-2,00	1,48
Comunicações	v. h. (%)	-0,81	-1,16	-0,79	-1,95	-4,18	-2,05	-2,46
Lazer, recreação e cultura	v. h. (%)	0,43	-0,63	-1,88	-2,95	-1,39	-1,72	-0,09
Educação	v. h. (%)	-3,25	-3,20	-2,18	-1,96	-1,86	-2,30	0,41
Restaurantes e hotéis	v. h. (%)	1,56	2,48	1,91	1,81	1,31	1,88	0,95
Bens e serviços diversos	v. h. (%)	1,09	1,00	1,44	1,10	1,56	1,27	1,86

A evolução da maioria dos indicadores representativos do consumo privado na região Centro parece refletir os efeitos negativos da reposição de muitas das medidas restritivas para conter a propagação da terceira vaga em Portugal do surto epidemiológico associado à COVID-19. Quando analisamos o consumo privado nacional a conjuntura apresenta-se ainda menos favorável. Das medidas impostas, a título de exemplo, destacaram-se as significativas limitações à circulação das pessoas e o encerramento (ou abrandamento) de algumas áreas de atividade económica (fecho do comércio não essencial e dos espaços culturais e o funcionamento da restauração apenas nas modalidades de

takeaway ou entrega ao domicílio), decorrentes do novo confinamento geral da população em vigor no país durante quase todo o primeiro trimestre de 2021 (implementado a partir de 15 de janeiro). A acrescer a estas medidas, foi ainda decretado, nos finais de janeiro, o encerramento das fronteiras terrestres com Espanha.

No primeiro trimestre de 2021, os pagamentos em terminais automáticos observaram um acréscimo de 1,8%, continuando a crescer na região face a igual período do ano anterior, embora evidenciado um abrandamento face aos dois trimestres precedentes. O menor ritmo de crescimento regional dos pagamentos pode estar relacionado com a desaceleração (ou mesmo paralisação) de alguns setores da atividade económica no âmbito do novo período de confinamento do país. Por contraste, a nível nacional observou-se no trimestre uma quebra real de 4,5%. Já os levantamentos e as compras em Terminais de Pagamento Automático (TPA) diminuíram em 13,2% e 9,1%, respetivamente, em termos homólogos reais. A contração regional ocorrida nas compras em TPA foi explicada, essencialmente, pela diminuição expressiva de 33,6% nas compras regionais realizadas no estrangeiro. Os levantamentos em caixas automáticos na região permaneceram em queda, o que sucede há mais de um ano e foi explicado pela redução homóloga real em ambas as componentes (nacional e internacional). A contração regional na componente nacional dos levantamentos pode estar associada à recomendação das autoridades de saúde do uso de meios de pagamento alternativos ao dinheiro (de que são exemplo os cartões de multibanco, de preferência com tecnologia *contactless*), por este ser um potencial meio de contágio. No trimestre em análise, importa ainda referir que a evolução homóloga regional dos levantamentos foi também explicada por uma contração de 30,7% nos levantamentos internacionais.

As receitas de cinema na região e no país continuaram a registar acentuadas reduções homólogas reais, observando-se no primeiro trimestre de 2021 a segunda maior quebra (cerca de 99%) desde o início da pandemia COVID-19 em Portugal. Estas variações das receitas resultaram claramente do retorno de grande parte das restrições impostas pelo Governo, nomeadamente do encerramento dos estabelecimentos culturais, em que se incluem as salas de cinema.

É ainda de referir a quebra homóloga real de 1,8% e 6,2%, respetivamente, na região e no país das importações de bens de consumo. Este comportamento regional das entradas intracomunitárias de bens de consumo verifica-se há mais de um ano e pode resultar do atual contexto pandémico e das medidas implementadas pelos países da União Europeia, com os quais a região realiza transações, para combate à propagação da COVID-19.

Os empréstimos concedidos para consumo aumentaram ligeiramente na Região Centro em termos homólogos reais (0,1%). Esta variação regional, apesar de bem menos expressiva que a registada no trimestre homólogo, contrariou a média do país que diminuiu em 1,4%. Já o peso regional dos empréstimos vencidos para consumo no total dos concedidos cifrou-se nos 4,2%, igualando o valor observado no período anterior e situando-se ligeiramente abaixo do valor homólogo e da média do país que se manteve em 6,3%.

Quadro 12 – Consumo Privado		1T21	4T20	3T20	2T20	1T20	2020	2019
		média trimestral						
Entradas intracomunitárias de bens de consumo*								
Portugal	v. h. real (%)	-6,2	-5,4	-4,4	-13,2	1,4	-5,4	5,1
Centro	v. h. real (%)	-1,8	-1,5	-13,9	-16,1	-4,3	-9,1	1,9
Receitas de cinema**								
Portugal	v. h. real (%)	-99,0	-87,5	-84,5	-99,6	-17,4	-75,3	5,4
Centro	v. h. real (%)	-99,3	-88,6	-86,3	-99,8	-13,8	-76,7	3,4
Empréstimos concedidos para consumo e outros fins***								
Portugal	v. h. real (%)	-1,4	-1,0	1,4	1,9	14,7	3,9	10,8
Centro	v. h. real (%)	0,1	0,0	2,5	3,2	17,9	5,5	15,4
Empréstimos vencidos para consumo e outros fins (em percentagem dos concedidos)***								
Portugal	%	6,3	6,3	6,6	6,7	6,7	6,6	7,4
Centro	%	4,2	4,2	4,4	4,4	4,3	4,3	4,4
Levantamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-15,6	-10,6	-11,8	-27,6	-4,6	-13,8	2,2
Centro	v. h. real (%)	-13,2	-6,6	-9,0	-24,2	-3,3	-10,8	2,7
Pagamentos em caixas automáticos								
Portugal	v. h. real (%)	-4,5	-2,1	1,8	-14,4	2,5	-3,0	3,9
Centro	v. h. real (%)	1,8	5,8	10,4	-5,0	3,5	3,9	3,7
Compras em terminais de pagamento automático								
Portugal	v. h. real (%)	-15,7	-8,3	-6,9	-27,6	0,7	-10,7	8,0
Centro	v. h. real (%)	-9,1	-0,1	3,6	-15,4	5,3	-1,6	8,8

* A distribuição regional das importações intracomunitárias tem por base o critério de destino das mercadorias. Os valores de 2019 são definitivos, os de 2020 e de 2021 são preliminares sendo revistos trimestralmente. Estes dados foram deflacionados com informação de Contas Nacionais disponibilizada pelo INE na base 2016.

** Os dados de 2021 das receitas de cinema são provisórios.

*** A informação é apresentada por local de residência do devedor e abrange apenas os empréstimos concedidos a particulares pelos bancos, caixas económicas e caixas de crédito agrícola mútuas.

Portugal apresenta uma grande disparidade regional, em termos de desenvolvimento económico e social. Tomando como referência o PIB *per capita* em relação à média da União Europeia, as regiões portuguesas NUTS II encontram-se distribuídas, em termos de elegibilidade para os cinco fundos europeus estruturais e de investimento (Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional - FEDER, Fundo de Coesão - FC, Fundo Social Europeu - FSE, Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural - FEADER e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca - FEAMP), em regiões menos desenvolvidas quando esse valor é inferior a 75% da média da União Europeia (Norte, Centro, Alentejo e Açores); região em transição (Algarve) e regiões desenvolvidas (Lisboa e Madeira).

O PORTUGAL 2020 consiste no acordo de parceria adotado entre Portugal e a Comissão Europeia, que reúne a atuação dos cinco fundos e no qual se definem os princípios de programação que consagram a política de desenvolvimento económico, social e territorial para promover, em Portugal, entre 2014 e 2020. Estes princípios de programação estão alinhados com o crescimento inteligente, sustentável e inclusivo, prosseguindo a estratégia Europa 2020. O PORTUGAL 2020 é operacionalizado através de 16 Programas Operacionais a que acrescem, tal como no período anterior, os programas de cooperação territorial nos quais Portugal participa a par com outros estados membros: os quatro Programas Operacionais Temáticos do Continente (competitividade e internacionalização – PO CI; inclusão social e emprego – PO ISE; capital humano – PO CH; e sustentabilidade e eficiência no uso dos recursos – PO SEUR); os sete Programas Operacionais Regionais do Continente e das Regiões Autónomas (Norte, Centro, Lisboa, Alentejo, Algarve, Açores e Madeira), três Programas de Desenvolvimento Rural (um para o Continente e dois para as Regiões Autónomas), um Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (Programa Operacional MAR 2020) e ainda um Programa Operacional de Assistência Técnica.

A dotação do PORTUGAL 2020 para o período de programação 2014-2020 é de 25,8 mil milhões de euros, destinada a estimular o crescimento e a criação de emprego. Esta dotação corresponde ao conjunto dos fundos que são atribuídos no âmbito dos 16 Programas Operacionais (temáticos e regionais). No caso dos promotores da Região Centro, estes poderão beneficiar da dotação global do Programa Operacional Regional CENTRO 2020 (2.155 milhões de euros), que se destina exclusivamente à região, e ainda de concursos abertos nos quatro Programas Operacionais Temáticos, do Programa de Desenvolvimento Rural para o Continente e do Programa Operacional MAR 2020 (programas operacionais com incidência em várias regiões, incluindo o Centro).

PORTUGAL 2020 NA REGIÃO CENTRO

7,3 mil
milhões de euros

de fundos europeus
aprovados para a
Região Centro até
31 de março de 2021

275,4 mil
milhões de euros

em apoios para
resposta aos efeitos da
pandemia COVID-19
no Centro

²³ Em março de 2021, apenas 2% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020 não se encontravam distribuídos em termos de NUTS II, tratando-se de operações com investimento em mais do que uma região. A territorialização dos fundos europeus aprovados tem por base a localização das operações.

Note-se ainda que, desde janeiro de 2020, deixaram de ser considerados os montantes de fundo aprovado referentes às operações com os estados “anulada” e “rescindida/revogada”.

No PORTUGAL 2020, a 31 de março de 2021, estavam aprovados 7,3 mil milhões de euros de fundos europeus, para financiamento de 12,3 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro. Destes apoios, 275,4 milhões de euros traduziram-se em medidas de resposta aos efeitos da pandemia COVID-19 na região. O COMPETE 2020 era o programa operacional com mais relevância, sendo responsável por 30% dos apoios, e o FEDER o fundo mais representativo, cofinanciando metade dos montantes aprovados. O Programa Operacional Capital Humano continuava a apresentar a taxa de realização de fundo mais elevada.

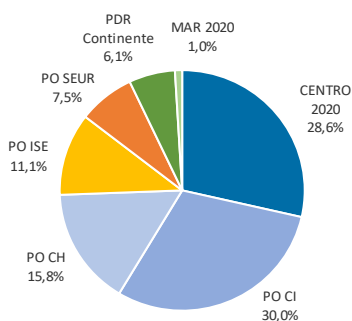
A 31 de março de 2021, encontravam-se aprovados 7,3 mil milhões de euros de fundos europeus para aplicação na Região Centro, oriundos dos vários Programas Operacionais do PORTUGAL 2020, correspondendo a um volume de investimento elegível de 12,3 mil milhões de euros²³. Estes apoios absorvidos pela Região Centro correspondiam a 25,7% do total de fundos europeus aprovados no PORTUGAL 2020. Face ao trimestre anterior, ocorreu um aumento de 414,7 milhões de euros nos apoios aprovados para a região. Para este acréscimo contribuíram, de forma mais acentuada, as medidas do “programa APOIAR” destinado a empresas afetadas pelo confinamento na sequência do surto de COVID-19 (cujos apoios, financiados pelo PO CI, aumentaram 87,0 milhões de euros), os incentivos atribuídos às empresas para investigação, desenvolvimento e inovação (que aumentaram 66,0 milhões de euros no CENTRO 2020 e 45,1 milhões de euros no PO CI) e os apoios destinados a promover a aprendizagem ao longo da vida (reforçados pelo PO CH em 51,4 milhões de euros).

O PO CI (Programa Operacional Competitividade e Internacionalização, também designado por COMPETE 2020) era o programa operacional com mais relevância na região, sendo responsável por 30,0% dos apoios captados. Juntamente com os restantes programas operacionais temáticos (PO CH, PO ISE e PO SEUR) com incidência em várias regiões, mobilizavam para o Centro 64,4% dos montantes aprovados, correspondendo a 4,7 mil milhões de euros de fundos europeus. O CENTRO 2020 (Programa Operacional Regional), sendo o principal programa da Política de Coesão para a Região Centro, concentrava menos de um terço dos apoios aprovados no território (28,6%).

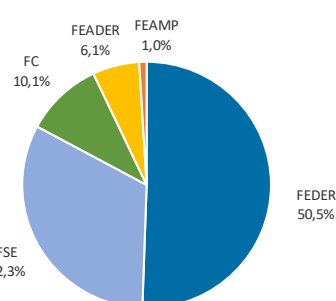
Fundo europeu aprovado no PORTUGAL 2020, na Região Centro (31 de março de 2021)

- PO CI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização
- PO CH – Programa Operacional Capital Humano
- PO ISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
- PO SEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
- PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
- MAR 2020 – Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas
- FEDER – Fundo Europeu do Desenvolvimento Regional
- FSE – Fundo Social Europeu
- FC – Fundo de Coesão
- FEADER - Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
- FEAMP - Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e da Pesca

Por Programa Operacional



Por Fundo Financiador



²⁴ A título exemplificativo, refira-se ainda:

- prazos de pagamento mais reduzidos;
- flexibilização de regras de reembolso, elegibilidade e avaliação de objetivos (por exemplo, possibilidade de diferimento de prestações vincendas no que diz respeito a subsídios reembolsáveis, sem encargos de juros ou outra penalidade, em determinadas situações; elegibilidade para reembolso de despesas suportadas com iniciativas canceladas ou adiadas por razões relacionadas com o COVID-19 nas áreas da internacionalização e da formação; os impactos negativos decorrentes do COVID-19 poderão ser considerados motivos de força maior não imputáveis aos beneficiários na avaliação dos objetivos contratualizados no âmbito dos sistemas de incentivos às empresas);
- avisos de concurso para apoiar de forma rápida e a fundo perdido empresas, entidades e laboratórios nacionais de produção de equipamentos e dispositivos médicos, testes e equipamentos de proteção individual associados ao combate à COVID-19;
- avisos de concurso para apoiar as micro empresas e as PME no esforço de adaptação e de investimento nos seus estabelecimentos, ajustando os métodos de organização do trabalho e de relacionamento com clientes e fornecedores dada a pandemia COVID-19, de forma a que sejam cumpridas as normas e regras estabelecidas pelas autoridades competentes.

Metade das aprovações na região teve cofinanciamento FEDER, cujo volume de apoio ascendia a 3,7 mil milhões de euros (50,5%). Seguia-se o FSE, com 32,3% do total de fundos europeus aprovados, correspondendo a 2,4 mil milhões de euros. O Fundo de Coesão representava 10,1% dos fundos europeus aprovados (737,3 milhões de euros, mobilizados pelo PO CI e pelo PO SEUR). O FEAMP (que cofinancia unicamente projetos aprovados no programa operacional MAR 2020) tinha pouca expressão na região.

No final de março de 2021, os apoios aprovados na região para dar resposta aos efeitos da pandemia totalizavam 275,4 milhões de euros de fundos europeus. O sistema de incentivos à liquidez (“programa APOIAR”, do PO CI) era responsável por 141,8 milhões de euros; o sistema de incentivos às empresas tinha financiado 104,5 milhões de euros (através do PO CI e do CENTRO 2020); 27,5 milhões de euros foram atribuídos às escolas públicas de ensino básico (pelo CENTRO 2020) e secundário (pelo PO CH) para aquisição de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de famílias com baixos rendimentos; e 1,6 milhões de euros tinham sido concedidos aos aquicultores como compensação pela redução da faturação devido à pandemia (pelo MAR 2020). Estes apoios do PORTUGAL 2020 para resposta à crise desencadeada pelo novo coronavírus traduzem as respostas de emergência estruturadas numa primeira fase marcada pelo pico da pandemia²⁴, mas também medidas posteriores de estabilização e recuperação económica que visam apoiar a retoma sustentada da atividade económica e de adaptação da economia à realidade pós-COVID. Neste âmbito, destaque para a aprovação, pela Comissão Europeia, no final de setembro de 2020, da nova reprogramação financeira dos vários programas operacionais do PORTUGAL 2020, com o já referido objetivo de promover a estabilização económica e social do país e a sua recuperação. Esta reprogramação global do PORTUGAL 2020, envolvendo cerca de mil milhões de euros de fundos europeus, teve como principais linhas de atuação: reforçar o investimento público nomeadamente nas áreas sociais; apoiar a universalização da escola digital; aumentar o apoio ao emprego; e aumentar o apoio à estabilização económica. De salientar que todas estas alterações que permitiram utilizar os fundos da política de coesão para apoiar os setores mais afetados pela pandemia (como os cuidados de saúde, as pequenas e médias empresas e os mercados de trabalho) só foram possíveis devido à flexibilidade excepcional criada pelas Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus (CRII) e Iniciativa de Investimento de Resposta à Crise do Coronavírus + (CRII+). Devido a esta flexibilidade passaram a ser possíveis transferências entre fundos (FEDER, FSE e FC) e entre programas operacionais, havendo alterações na dotação global de vários programas operacionais.

A Comissão Europeia lançou em abril de 2020 dois pacotes de medidas de resposta da política de coesão à crise do coronavírus: a Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII, do inglês *Coronavirus Response Investment Initiative*) e a Iniciativa de Investimento de Resposta ao Coronavírus Mais (CRII+).

Enquanto a CRII reencaminhou verbas não utilizadas do orçamento da União Europeia para fazer face à crise da COVID-19, a CRII+ flexibilizou as regras em matéria de despesas de coesão para aumentar a capacidade de resposta.

Assim, o primeiro pacote de medidas centrou-se na disponibilização imediata de fundos estruturais, de modo a permitir uma resposta rápida à crise através da mobilização de reservas de tesouraria disponíveis nos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento (fundos de coesão) para responder de modo flexível às necessidades emergentes dos setores mais expostos à crise provocada pelo surto de COVID-19, ajudando, assim, cada país da União Europeia através de um apoio individualizado. No fundo, esta medida permitiu que os Estados-Membros aplicassem verbas não utilizadas para mitigar o impacto da pandemia, em vez de devolvê-lo ao orçamento da União Europeia.

O segundo pacote complementa o primeiro ao introduzir uma flexibilidade extraordinária para permitir que todos os apoios não utilizados dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento possam ser plenamente mobilizados. Esta flexibilidade está garantida através da possibilidade de transferência entre os três fundos da política de coesão (Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo Social Europeu e Fundo de Coesão); de transferências entre as várias categorias de regiões; e também através de flexibilidade em termos de concentração temática. Existe também a possibilidade de uma taxa de cofinanciamento da União Europeia de 100% para os programas da política de coesão relativos ao exercício contabilístico de 2020-2021, permitindo aos Estados-Membros beneficiar plenamente do financiamento da UE para as medidas relacionadas com a crise. O pacote CRII+ simplifica também as etapas processuais ligadas à execução de programas, à utilização de instrumentos financeiros e à auditoria. Estas medidas não têm precedentes e justificam-se pela situação extraordinária provocada pelo surto de coronavírus.

Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 no Centro

Até ao final de março de 2021, estavam aprovados 5,2 mil milhões de euros de fundos europeus para a Região Centro, no âmbito dos vários Programas Operacionais temáticos do PORTUGAL 2020 – PO CI, PO CH, PO ISE, PO SEUR – e do PDR e MAR 2020, envolvendo os cinco Fundos Estruturais e de Investimento Europeus – FEDER, FSE, FC, FEADER e FEAMP. Este volume de apoio correspondia a um total de investimento/despesa elegível na região de 9,2 mil milhões de euros.

Quadro 13 - Aprovações e Execução Financeira nos Programas Operacionais Temáticos do PORTUGAL 2020 na Região Centro (31 de março de 2021)*	Aprovações		Execução Financeira				
	Despesa elegível	Fundo europeu	Despesa elegível	Fundo europeu	Pagamentos	Taxa de realização**	Taxa de pagamento***
	Milhares de euros		Milhares de euros			%	%
Total - Centro	9.176.818	5.219.310	x	x	x	x	x
Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI)	5.166.957	2.194.843	1.837.544	1.015.027	1.276.408	46,2	58,2
Programa Operacional Capital Humano (PO CH)	1.356.713	1.154.812	930.343	790.800	828.586	68,5	71,8
Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)	942.694	809.267	536.872	462.989	508.831	57,2	62,9
Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)	687.540	545.723	307.657	265.400	262.268	48,6	48,1
Programa de Desenvolvimento Rural do Continente (PDR)*	865.693	445.215	x	x	x	x	x
Programa para o Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas (MAR 2020)	157.221	69.450	92.093	39.648	41.341	57,1	59,5

* No caso do PDR2020, os valores apresentados correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

** Taxa de realização = fundo executado / fundo aprovado x 100

*** Taxa de pagamento = pagamentos / fundo aprovado x 100
x - valor não disponível

No **Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020**, orientado para a melhoria da competitividade através do conhecimento e da inovação e para a promoção da internacionalização da economia portuguesa, até 31 de março de 2021, estavam aprovados 5,2 mil milhões de euros de investimento elegível na Região Centro, a que correspondia uma comparticipação de fundos europeus de 2,2 mil milhões de euros. Os fundos executados ascendiam a 1,0 mil milhões de euros, resultando numa taxa de realização deste programa operacional na região de 46,2%. Relativamente ao trimestre anterior, registou-se um acréscimo de 135,5 milhões de euros de fundos aprovados e de apenas 49,3 milhões de euros de fundos executados, que se refletiu numa diminuição de 0,7 pontos percentuais na taxa de realização (que compara o fundo executado com o fundo aprovado). Os pagamentos aos beneficiários das operações financiadas totalizavam 1,3 mil milhões de euros, representando 58,2% do volume de fundos aprovados neste programa operacional para a região (taxa de pagamento).

O sistema de incentivos às empresas, no seu conjunto, absorvia uma parcela muito significativa dos fundos europeus aprovados pelo COMPETE 2020 na região (66,4%). Neste instrumento de apoio às empresas prevaleciam os incentivos à inovação empresarial (que totalizavam 959,9 milhões de euros de fundos aprovados), bastante distanciados dos incentivos à investigação e desenvolvimento tecnológico (IDT) e à qualificação das pequenas e médias empresas (PME) (294,1 e 202,8 milhões de euros de fundos aprovados, respetivamente). De destacar, neste trimestre, o aumento bastante significativo nos incentivos à IDT (27,5 milhões de euros) e à inovação empresarial (17,6 milhões de euros). O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica (SAICT) concentrava 8,0% dos fundos europeus aprovados e o sistema de apoio a ações coletivas (SAAC) 4,0%.

O regime de apoio às infraestruturas de transportes (RAIT) absorvia 10,7% do incentivo aprovado, correspondendo a 235,1 milhões de euros de fundos europeus. Deste valor, 191,6 milhões de euros eram oriundos do Fundo de Coesão e respeitavam a intervenções na Região Centro em ferrovia e portos pertencentes a redes transeuropeias de transportes, designadamente na Linha do Norte (123,2 milhões de euros para modernização dos troços Alfarelos-Pampilhosa, Ovar-Gaia e Santana-Cartaxo-Entroncamento), na Linha da Beira Baixa (60,6 milhões de euros para modernização do troço Castelo Branco/Covilhã/Guarda) e no Porto de Aveiro (7,8 milhões de euros). Os restantes 43,5 milhões de euros provinham de FEDER, sendo referentes a investimentos na ferrovia não integrada em redes transeuropeias, mais concretamente em operações de modernização do troço Meleças - Caldas da Rainha, na Linha do Oeste.

O sistema de apoio à modernização administrativa (SAMA) correspondia a 2,7% dos fundos europeus aprovados (58,9 milhões de euros), tratando-se de ações de promoção das TIC na administração e serviços públicos, de ações de capacitação e modernização dos serviços públicos e de formação dos trabalhadores em funções públicas. De destacar, nesta tipologia, por exemplo, o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, E.P.E., com 5,1 milhões de euros de incentivo aprovado para projetos de transformação digital e modernização dos sistemas de informação e tecnologias de informação e comunicação nesta entidade, ou a Universidade de Coimbra, com um montante também de 3,6 milhões de euros de fundo aprovado para modernização administrativa, soluções de reengenharia, simplificação e desmaterialização de processos.

De referir ainda o Fundo para a Inovação Social²⁵, com um montante de 14,0 milhões de euros de FSE aprovado para a região (0,6%). Trata-se de um instrumento financeiro destinado a fomentar o investimento social e a facilitar o acesso a financiamento por parte de organizações sociais e PME que pretendam desenvolver projetos de inovação e empreendedorismo social. Outro instrumento financeiro com incidência na região é o Fundo de Capital e Quase-Capital, instrumento vocacionado para a capitalização de PME que promovam o empreendedorismo qualificado e criativo, com um FEDER aprovado, na Região Centro, de 24,0 milhões de euros (1,1%).

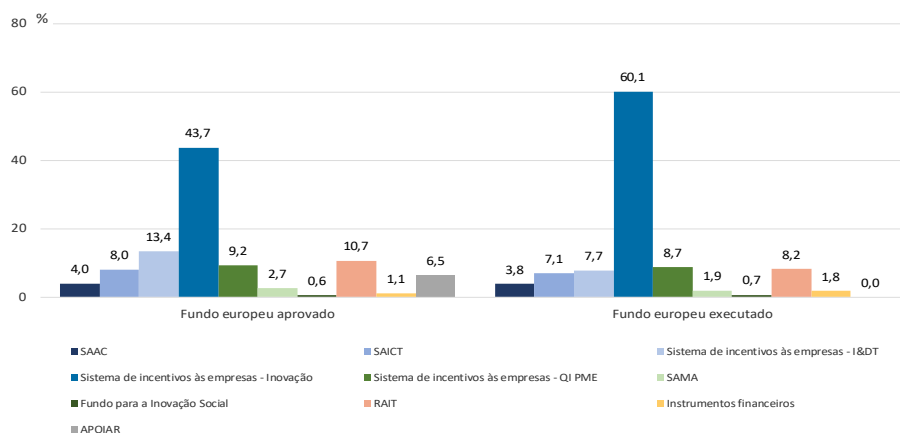
²⁵ Em termos programáticos, o Fundo para a Inovação Social tinha sido integrado no PO ISE mas, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), foi transferido para o COMPETE 2020.

No final de novembro de 2020, foi criado o sistema de incentivos à liquidez, designado por “programa APOIAR”, um instrumento de apoio à tesouraria das empresas de menor dimensão de setores de atividade particularmente afetados pelas medidas de proteção da saúde pública associadas à pandemia por COVID-19. Durante o primeiro trimestre de 2021, estes apoios intensificaram-se em 87,0 milhões de euros, perfazendo um total de 141,8 milhões de euros de FEDER, o que correspondia a 6,5% do total de fundos europeus aprovados no PO CI.

Assim, relativamente à Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII), até 31 de março de 2021, o COMPETE 2020 já tinha aprovado, na região, 196,0 milhões de euros de fundo europeu. Este montante de fundo foi mobilizado pelo já referido novo “programa APOIAR” (141,8 milhões de euros) e também por avisos específicos do sistema de incentivos às empresas (54,2 milhões de euros, correspondendo a 3,7% do total aprovado neste instrumento), sobretudo, pela via da inovação produtiva (81,2%) e, em menor escala, pela ID empresarial (15,5%) e pela qualificação de PME (3,3%).

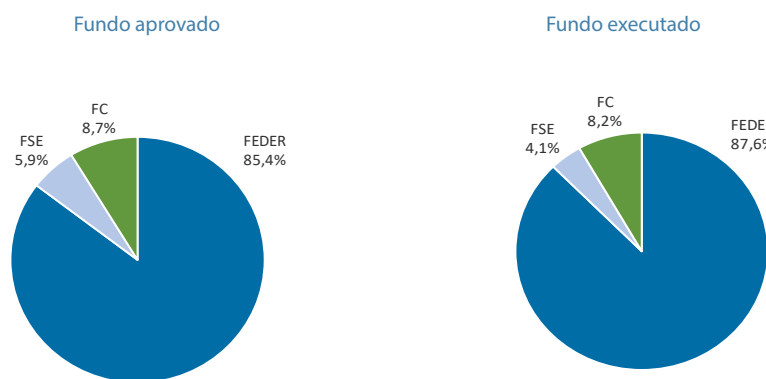
Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por tipologia de operação (31 de março de 2021)

- I&DT - Investigação e desenvolvimento tecnológico
- QI PME - Qualificação e internacionalização das pequenas e médias empresas
- SAICT - Sistema de apoio à investigação científica e tecnológica
- SAMA – Sistema de apoio à modernização administrativa
- RAIT – Regime de apoio às infraestruturas de transportes
- TIC - Tecnologias de informação e comunicação



A grande maioria dos fundos europeus aprovados pelo PO CI para projetos na região teve cofinanciamento FEDER (85,4%), existindo também comparticipações pelo Fundo de Coesão (8,7%), correspondendo ao já referido regime de apoio às infraestruturas de transportes, e pelo FSE (5,9%). No caso do FSE, tratava-se do cofinanciamento de formação de empresários e trabalhadores de empresas integrada em candidaturas ao sistema de incentivos às empresas (inovação e QI PME), de formação-ação para PME no âmbito do sistema de incentivos à QI PME e de planos de formação autónoma, do cofinanciamento de formação de trabalhadores da Administração Pública integrada em candidaturas ao SAMA, do Fundo para a Inovação Social e do cofinanciamento de medidas de capacitação integradas em candidaturas ao SAAC. De salientar que, neste trimestre, o acréscimo de fundo europeu aprovado foi financiado quase na totalidade por FEDER (96,4%).

Distribuição do fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Competitividade e Internacionalização (PO CI) – COMPETE 2020, na Região Centro, por fundo financiador (31 de março de 2021)



Analisando o fundo executado, verificava-se uma prevalência ainda maior do sistema de incentivos à inovação empresarial (correspondendo a 60,1% do total do fundo executado) e do FEDER enquanto fundo financiador (87,6%). Nas restantes tipologias e nos restantes fundos financiadores, o peso do fundo executado era sempre inferior ao peso do respetivo fundo aprovado. No entanto, considerando as taxas de realização, que comparam o fundo validado com o fundo aprovado em cada tipologia, destacava-se a elevada realização nos instrumentos financeiros (75,0%), no sistema de incentivos à inovação (63,5%) e no fundo para a inovação social (50,0%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 46,2%).

No **Programa Operacional Capital Humano (PO CH)**, que visa uma melhor educação e a qualificação das pessoas, fator determinante no desenvolvimento e na competitividade das regiões, até 31 de março de 2021, na Região Centro, estavam aprovados 1,2 mil milhões de euros de FSE, correspondendo a um total de despesa elegível de 1,4 mil milhões de euros. O fundo executado ascendia a 790,8 milhões de euros, traduzindo-se numa taxa de realização deste programa operacional na região de 68,5% (a mais elevada de entre os vários programas operacionais). Neste trimestre registou-se um acréscimo de 76,8 milhões de euros nos apoios aprovados, tendo o fundo executado aumentado apenas 25,7 milhões de euros. Como repercussão, a taxa de realização diminuiu 2,5 pontos percentuais. No final do primeiro trimestre de 2021, os pagamentos aos beneficiários ascendiam a 828,6 milhões de euros, o que representava 71,8% do volume de fundos aprovados (a taxa de pagamento mais elevada dos vários programas operacionais).

Do apoio aprovado, 58,2% destinava-se a cofinanciar cursos profissionais (correspondendo a 672,3 milhões de euros de FSE), visando a melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrada para o mercado de trabalho, facilitando a transição da educação para o trabalho. Os apoios destinados a reforçar a formação superior e avançada concentravam 16,0% do fundo europeu aprovado, traduzindo-se, sobretudo, em bolsas de estudo para alunos carenciados, mas também em bolsas de doutoramento e pós-doutoramento, apoio a cursos técnicos superiores profissionais (TeSP) e financiamento de uma linha de crédito para estudantes do ensino superior²⁶.

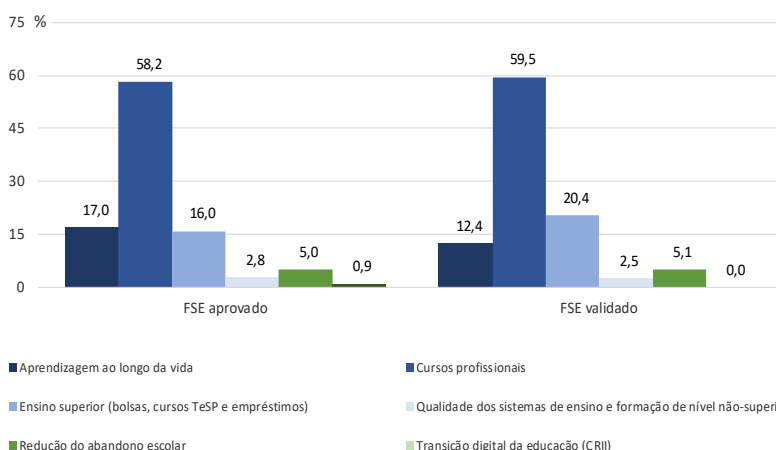
Das restantes ações, destacavam-se ainda os apoios para promover a aprendizagem ao longo da vida (17,0%, correspondendo a 196,3 milhões de euros), tratando-se de cursos de educação e formação de adultos (que permitem completar qualquer ciclo do ensino não superior ou obtenção de uma certificação profissional), cursos de aprendizagem (para conclusão do ensino secundário) e apoios aos Centros para a Qualificação e Ensino Profissional e Centros Qualifica (direcionados a jovens e adultos que procurem desenvolver ou certificar as suas competências). Neste trimestre, o fundo europeu aprovado nesta tipologia foi reforçado em 51,4 milhões de euros.

O combate ao abandono escolar absorvia 5,0% do FSE aprovado, traduzindo-se no financiamento de ofertas alternativas do ensino básico, como sejam os cursos de educação e formação de jovens, os cursos básicos do ensino artístico e especializado e os cursos vocacionais.

De destacar ainda, no âmbito dos apoios concedidos na sequência da pandemia COVID-19, os 10,7 milhões de euros de FSE aprovados para a Transição Digital da Educação, correspondendo a apoios para as escolas públicas do ensino secundário da região para aquisição de computadores, conectividade e serviços conexos para os alunos inseridos em famílias com baixos rendimentos, uma vez que a crise pandémica e o ensino à distância vieram revelar várias fragilidades.

²⁶ Após a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), os cursos TeSP, os programas de doutoramento e as bolsas de pós-doutoramento, bem como as bolsas de ensino superior para alunos carenciados, deixaram de ser elegíveis no PO CH, mantendo-se neste programa operacional apenas o apoio aos empréstimos reembolsáveis a alunos do ensino superior. Nos dois primeiros casos, os apoios passaram a ser assegurados pelo PO regional, enquanto as bolsas para apoio à frequência do ensino superior por alunos carenciados passaram a ser apoiados pelo PO ISE.

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Capital Humano (PO CH), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de março de 2021)



Quanto à execução, destacavam-se, com os maiores montantes de fundo executado, os cursos profissionais (59,5%) e os apoios direcionados ao ensino superior e formação avançada (20,4%). As taxas de realização mais elevadas eram precisamente as dos apoios ao ensino superior (87,3%, valor determinado em grande medida pela elevada execução das bolsas de ensino superior para alunos carenciados e das bolsas de doutoramento e pós-doutoramento), dos cursos profissionais (70,0%) e ainda as dos cursos financiados no âmbito do combate ao abandono escolar (69,7%).

No **Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE)**, que pretende promover uma economia baseada em elevadas taxas de emprego, na melhoria das qualificações e na luta contra a pobreza e exclusão social, no final do primeiro trimestre de 2021, estavam aprovados, na Região Centro, 942,7 milhões de euros de despesa elegível e 809,3 milhões de euros de FSE. O fundo validado totalizava 463,0 milhões de euros, perfazendo uma taxa de realização do PO ISE na região de 57,2%. Neste trimestre, o fundo aprovado aumentou 25,6 milhões de euros e o fundo executado 37,4 milhões de euros, o que implicou um aumento da taxa de realização em 2,9 pontos percentuais. Os pagamentos aos beneficiários das operações do PO ISE totalizavam 508,8 milhões de euros, traduzindo uma taxa de pagamento de 62,9%.

A inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade absorvia 18,2% do FSE aprovado (147,5 milhões de euros), tratando-se de emprego apoiado e de cursos/ações que possibilitam a aquisição e o desenvolvimento de competências e qualificações profissionais, tendo em vista potenciar a empregabilidade das pessoas com deficiência e incapacidade, orientadas para o exercício de uma atividade no mercado de trabalho.

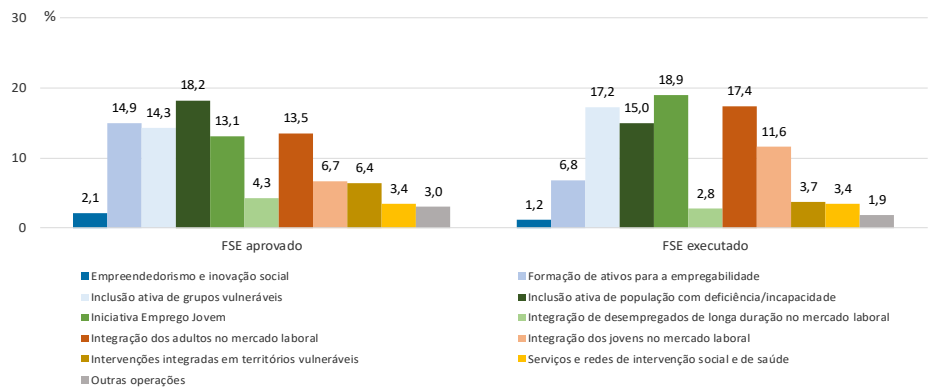
A formação de ativos para a empregabilidade (formação modular para empregados e desempregados) representava 14,9% do FSE aprovado, perfazendo 120,9 milhões de euros. Já a inclusão de grupos vulneráveis concentrava 14,3% do FSE aprovado (115,9 milhões de euros, após um aumento de 13,7 milhões de euros neste último trimestre), tratando-se sobretudo de bolsas de estudo para alunos carenciados²⁷, que visam melhorar as possibilidades de acesso dos estudantes socialmente desfavorecidos ao ensino superior (101,4 milhões de euros), mas também de ações de capacitação para a inclusão que apostam, fundamentalmente, no desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais de grupos potencialmente vulneráveis (14,5 milhões de euros de FSE). De referir também a integração de adultos no mercado laboral (13,5%), tipologia que se traduz em estágios e apoios à contratação que visam estimular a criação líquida de emprego.

Outra parte relevante do fundo aprovado (13,1%, totalizando 106,0 milhões de euros) respeitava a projetos da Iniciativa Emprego Jovem (IEJ), correspondendo sobretudo a estágios em empresas, na administração pública e em contexto internacional, apoios à contratação e ações de qualificação/educação, que visam a integração sustentável no mercado laboral dos jovens que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação (incluindo jovens em risco de exclusão social e de comunidades marginalizadas). A IEJ apoia assim a concretização da Garantia para a Juventude, segundo a qual os países da União Europeia devem tomar medidas para assegurar que, no prazo de quatro meses após ficarem desempregados ou saírem do sistema de ensino, todos os jovens com menos de 25 anos possam beneficiar de uma oferta de emprego adequada, continuem a estudar ou façam um estágio ou uma formação em regime de aprendizagem.

Quanto à execução, destacavam-se com os maiores montantes de fundo executado, a Iniciativa Emprego Jovem (18,9%), a integração de adultos no mercado laboral (17,4%), a inclusão ativa de grupos vulneráveis (17,2%) e a inclusão ativa de pessoas com deficiência ou incapacidade (15,0%). Considerando as taxas de realização, destacavam-se a integração dos jovens (fora do âmbito da IEJ) no mercado laboral (99,5%), a Iniciativa Emprego Jovem (82,7%), a integração dos adultos no mercado laboral (73,8%) e a integração ativa de grupos vulneráveis (68,8%). As restantes tipologias apresentavam taxas de realização abaixo da taxa média deste programa operacional na região (de 57,2%).

²⁷ Como já referido anteriormente, com a reprogramação do PORTUGAL 2020 (em dezembro de 2018), as bolsas de ensino superior para alunos carenciados passaram a ser apoiadas por este programa operacional e deixaram de ser elegíveis no PO CH.

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Inclusão Social e Emprego (PO ISE), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de março de 2021)



No **Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR)**, que pretende responder aos desafios de transição para uma economia de baixo carbono, assente numa utilização mais eficiente de recursos e na promoção de maior resiliência face aos riscos climáticos e às catástrofes, até 31 de março de 2021, estavam aprovados, na Região Centro, 687,5 milhões de euros de despesa elegível e 545,7 milhões de euros de fundo de coesão. A taxa de realização deste programa operacional na Região Centro era de 48,6%, com o fundo executado a ascender a 265,4 milhões de euros. Neste trimestre, os fundos executados aumentaram 20,5 milhões de euros e os fundos aprovados diminuíram 2,1 milhões de euros, o que se traduziu num acréscimo de 3,9 pontos percentuais na taxa de realização deste programa operacional na região. Os pagamentos aos beneficiários da região de apoios do POSEUR ascendiam a 262,3 milhões de euros, representando 48,1% dos fundos aprovados.

O ciclo urbano da água absorvia 35,1% do fundo europeu aprovado (191,6 milhões de euros) respeitando, na sua maioria, a projetos para a concretização e remodelação de estações de tratamento de águas residuais, elaboração de cadastros das infraestruturas em baixa de abastecimento de água e investimentos em drenagem e execução de redes de saneamento de águas residuais.

As ações de eficiência energética representavam 20,0% do fundo aprovado, abrangendo habitações (0,1%), transportes (12,7%) e infraestruturas públicas (7,2%). As ações de eficiência energética nos transportes públicos perfaziam 69,8 milhões de euros de fundo europeu aprovado, com 60,0 milhões de euros referentes ao Sistema de Mobilidade do Mondego, que visa a implementação de um MetroBus no antigo ramal ferroviário da Lousã e na área urbana de Coimbra, ligando os municípios da Lousã, Miranda do Corvo e Coimbra. As iniciativas de eficiência energética nas infraestruturas públicas totalizavam 39,4 milhões de euros, tratando-se, sobretudo, da implementação de medidas de eficiência energética em edifícios com consumos relevantes de energia como hospitais, instituições de ensino superior, entre outros.

As operações relacionadas com planeamento e gestão de riscos perfaziam também 71,2 milhões de euros, representando 13,0% do incentivo aprovado, tratando-se de abordagens direcionadas para a prevenção de riscos específicos como cheias/inundações e incêndios florestais, mas também de instrumentos de previsão, planeamento, monitorização e gestão para assegurar a resiliência do sistema de proteção civil face à diversidade de riscos. Nesta tipologia destacavam-se, pelos elevados montantes de fundo europeu aprovado, as operações de desassoreamento do rio Mondego e estabilização da margem direita do Rio Mondego entre a Ponte Santa Clara e o Açude - Ponte de Coimbra, no município de Coimbra (10,2 milhões de euros), a regularização do rio Arunca (5,7 milhões de euros), as intervenções no aproveitamento hidráulico do rio Mondego (5,9 milhões de euros) e os investimentos em infraestruturas hidráulicas do sistema de defesa contra cheias e marés no Baixo Vouga Lagunar (4,0 milhões de euros).

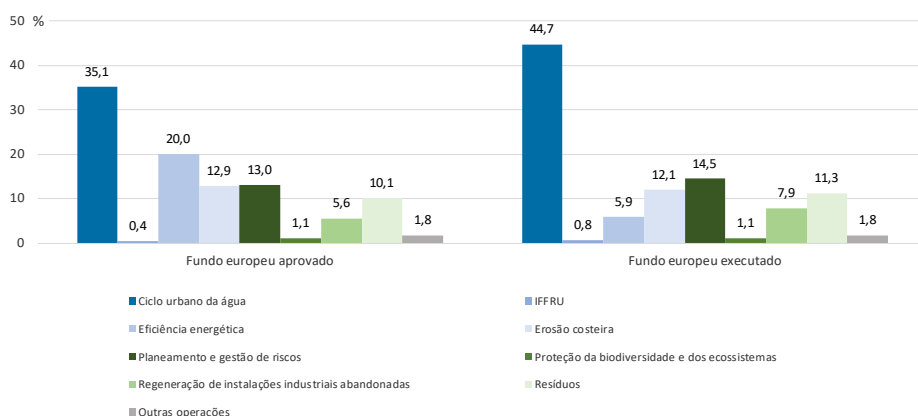
Os projetos de prevenção da erosão costeira (um tipo de risco específico que afeta o nosso território) absorviam 12,9% do fundo aprovado, totalizando 70,5 milhões de euros. Destacavam-se, pelos elevados apoios, as operações de transposição de sedimentos para otimização do equilíbrio hidrodinâmico na Região de Aveiro (18,2 milhões de euros), de desassoreamento da zona superior da lagoa de Óbidos (13,6 milhões de euros), de alimentação artificial da praia no troço costeiro a sul da Figueira da Foz, Cova Gala - Costa de Lavos (10,9 milhões de euros) e de alimentação artificial do troço costeiro da Costa Nova - Vagueira com areias provenientes do Porto de Aveiro (5,8 milhões de euros).

²⁸ A Associação de Municípios da Região do Planalto Beirão é uma associação constituída por dezanove municípios (Aguiar da Beira, Carregal do Sal, Castro de Aire, Gouveia, Mangualde, Mortágua, Nelas, Oliveira de Frades, Oliveira do Hospital, Oliveira do Hospital, Penalva do Castelo, Santa Comba Dão, São Pedro do Sul, Sátão, Seia, Tábua, Tondela, Vila Nova de Paiva, Viseu e Vouzela), que criou um sistema intermunicipal integrado de gestão de resíduos sólidos urbanos, que permite encontrar soluções de valorização e tratamento dos mesmos, com vista à proteção do ambiente e à preservação da beleza da região.

A valorização de resíduos captava 10,1% de fundo europeu aprovado (55,0 milhões de euros). Evidenciavam-se, pela sua relevância, o incentivo de 15,7 milhões de euros atribuído à unidade de tratamento integrado de resíduos sólidos da Associação de Municípios do Planalto Beirão²⁸, para incremento da qualidade e da quantidade da reciclagem dos três fluxos multimateriais, o apoio de 6,3 milhões de euros para implementação de uma linha de preparação de combustível derivado de resíduos dessa mesma unidade e o incentivo de 5,1 milhões de euros para aumento da capacidade de valorização orgânica do tratamento mecânico e biológico de Leiria.

Quanto ao volume de fundo executado, o ciclo urbano da água absorvia quase metade dos apoios validados (44,7%). No entanto, verificava-se que pouco mais de metade do fundo aprovado estava validado (62,0%), sendo as tipologias com as taxas de realização mais elevadas o Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas - IFRRU (100,0%) a gestão dos recursos hídricos (98,9%) e a produção e distribuição de fontes de energia renováveis (83,1%).

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (PO SEUR), na Região Centro, por categoria de intervenção (31 de março de 2021)



No **Programa de Desenvolvimento Rural (PDR)**, destinado ao desenvolvimento agrícola e rural, até 31 de março de 2021, na Região Centro, estavam aprovados 865,7 milhões de euros de despesa elegível e 445,2 milhões de euros de FEADER²⁹. O fundo europeu aprovado conheceu, neste trimestre, um acréscimo de 8,0 milhões de euros.

²⁹ Estes valores correspondem às candidaturas aprovadas e com termo de aceitação assinado.

Para este nível de compromisso, contribuíram os projetos aprovados na ação “investimento na exploração agrícola”, totalizando 127,5 milhões de euros de FEADER (28,6% dos apoios aprovados), que pretende reforçar a viabilidade e a competitividade das explorações agrícolas e preservar e garantir a sua sustentabilidade ambiental.

O desenvolvimento local era responsável por 12,5% do fundo europeu aprovado, sendo operacionalizado pelos 24 Grupos de Ação Local (GAL) rurais da Região Centro, que têm a responsabilidade de implementar as respetivas Estratégias de Desenvolvimento Local (EDL). Estas estratégias visam o desenvolvimento, diversificação e competitividade da economia e a melhoria das condições de vida destes territórios de base rural. Dos 55,8 milhões de euros de fundo aprovado nesta área do desenvolvimento local, 18,4 milhões de euros destinaram-se à qualificação dos GAL rurais para que possam desempenhar as suas funções

³⁰ Estas operações foram aprovadas nas tipologias “regime simplificado de pequenos investimentos nas explorações agrícolas”, “pequenos investimentos na transformação e comercialização”, “diversificação de atividades na exploração”, “cadeias curtas e mercados locais”, “renovação de aldeias” e “promoção de produtos de qualidade locais”.

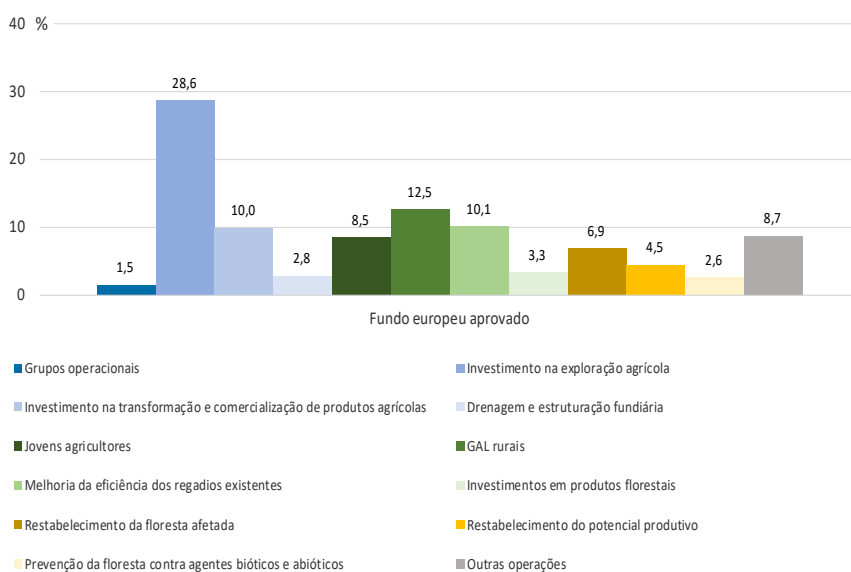
³¹ Trata-se de um elevado número de pequenos projetos de investimento para aquisição de equipamentos, mecanização das atividades agrícolas, plantação de árvores de fruto e espécies hortícolas, instalação de novas explorações (agrícolas e pecuárias), construção de pavilhões e estufas, entre outros.

relativas à implementação, gestão, acompanhamento e animação das EDL. Os restantes 37,4 milhões de euros correspondiam à aprovação de operações para a concretização das referidas estratégias³⁰.

As operações de melhoria da eficiência dos regadios existentes absorviam 10,1% do fundo europeu (44,9 milhões de euros). Nesta tipologia, destacavam-se pelos elevados montantes de apoio, a modernização do regadio do vale do Pranto, integrado no regadio do Baixo Mondego, abrangendo os municípios de Soure, Pombal e Figueira da Foz (21,2 milhões de euros), a modernização do aproveitamento hidroagrícola da Cela, em Alcobaça (8,6 milhões de euros de fundo aprovado), a modernização do aproveitamento hidroagrícola do Vale do Lis no bloco do Boco, na Marinha Grande (4,7 milhões de euros) e a reabilitação da barragem do Lapão, em Mortágua (4,3 milhões de euros de apoio aprovado).

De destacar ainda os investimentos na transformação e comercialização de produtos agrícolas, que visam potenciar a criação de valor na estrutura agroindustrial e a internacionalização do setor e concentravam 10,0% do fundo aprovado³¹.

Fundo europeu aprovado no Programa de Desenvolvimento Rural (PDR), na Região Centro, por tipologia de operação (31 de março de 2021)



Finalmente, no que se refere ao **Programa Operacional MAR 2020**, que visa apoiar as pescas, até 31 de março de 2021, na Região Centro, tinham sido aprovados 157,2 milhões de euros de despesa elegível e 69,5 milhões de euros de FEAMP. A taxa de realização deste programa operacional na região era de 57,1%, ascendendo o fundo validado a 39,6 milhões de euros. Neste trimestre, assistiu-se ao aumento de 3,9 milhões de euros na execução e à diminuição de 1,2 milhões de euros no fundo aprovado (que se deve a anulações e rescisões de candidaturas aprovadas), o que se traduziu num acréscimo de 6,4 pontos percentuais na taxa de realização.

No final de março de 2021, os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura absorviam 42,4% do fundo aprovado, correspondendo a 29,4 milhões de euros. De destacar, nesta medida, o investimento empresarial numa nova unidade de comercialização de pescado fresco e congelado, na Nazaré, com uma despesa elegível de 13,0 milhões de euros e uma comparticipação financeira de FEAMP de 4,9 milhões de euros. Ainda de referir pela sua relevância, os apoios europeus a uma conserveira em Peniche, no valor de 3,6 milhões

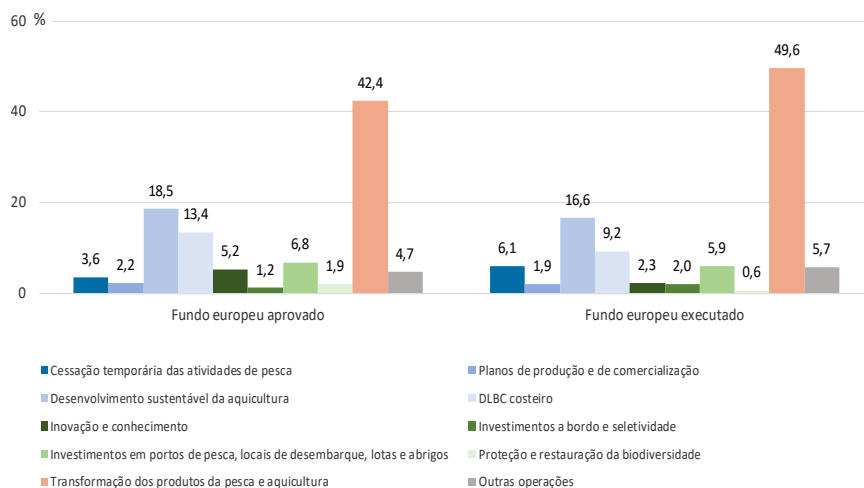
de euros, e a uma empresa de transformação e comercialização sobretudo de pescado congelado, na Figueira da Foz, no valor de 2,4 milhões de euros.

Os projetos de desenvolvimento sustentável da aquicultura eram responsáveis por 18,5% do fundo europeu aprovado, sendo de destacar um projeto empresarial para ampliação das instalações de produção de pregado em aquicultura, na Praia da Tocha, envolvendo 2,2 milhões de euros de fundo aprovado, três projetos empresariais, em Mira, referentes a uma maternidade de peixes marinhos, a uma unidade de engorda de linguado e à modernização de uma unidade de produção de pregado, cada um com 1,5 milhões de euros de FEAMP aprovado, e um projeto da Universidade de Aveiro referente à instalação, em Ílhavo, de uma estação piloto para teste de novos sistemas de aquicultura sustentável, com um fundo de aproximadamente um milhão de euros.

De referir também o fundo europeu aprovado para o desenvolvimento local costeiro, no valor de 9,3 milhões de euros (13,4%). Deste montante, 2,1 milhões de euros destinaram-se à operacionalização das parcerias de desenvolvimento local costeiro que, na Região Centro, se encontram organizadas em cinco grupos de ação local (GAL) costeiros: GAL Região de Aveiro, GAL Mondego Mar, GAL ADAE MAR, GAL Oeste e GAL ecoMar, visando aumentar o emprego e a coesão territorial nas comunidades costeiras e interiores dependentes da pesca e da aquicultura, no âmbito das estratégias de Desenvolvimento Local de Base Comunitária (DLBC). Os restantes 7,2 milhões de euros de FEAMP correspondiam a operações aprovadas para a concretização dessas estratégias, nos municípios de Alcobaça, Aveiro, Caldas da Rainha, Cantanhede, Figueira da Foz, Ílhavo, Leiria, Lourinhã, Marinha Grande, Mira, Murtosa, Nazaré, Óbidos, Peniche, Torres Vedras e Vagos.

Destacavam-se ainda os investimentos em portos de pesca, locais de desembarque, lotas e abrigos, com 6,8% do FEAMP aprovado e operações financiadas em Aveiro, Figueira da Foz, Ílhavo, Lourinhã, Murtosa, Nazaré, Peniche e Torres Vedras.

Fundo europeu aprovado e executado no Programa Operacional MAR 2020, na Região Centro, por medida (31 de março de 2021)



Quanto à execução, destacavam-se pelos elevados montantes de fundo executado, as medidas que também absorviam a maioria do fundo aprovado, ou seja, os apoios à transformação dos produtos da pesca e da aquicultura (49,6% do total validado), ao desenvolvimento sustentável da aquicultura (16,6%) e ao desenvolvimento local costeiro (9,2%). No entanto, as tipologias com as taxas de realização mais elevadas (que comparam o fundo validado com o respetivo fundo aprovado) eram a cessação temporária das atividades de pesca (95,6%), os investimentos a bordo e seletividade (94,4%) e a transformação dos produtos da pesca e aquicultura (66,9%).

CENTRO 2020

A 31 de março de 2021, 122,7% da dotação do **Programa Operacional Regional – CENTRO 2020** tinha já sido colocada a concurso nos 447 avisos de concurso abertos, tendo sido apresentadas 22.165 candidaturas, com intenções de investimento na região de 7,8 mil milhões de euros. Relembre-se que a dotação global do CENTRO 2020 corresponde a 2,155 mil milhões de euros de fundos europeus. O facto de a dotação a concurso ser superior à dotação do programa resulta de uma gestão antecipada por parte da autoridade de gestão, uma vez que se prevê que possa haver descomprometimento de fundos europeus não utilizados em algumas operações e/ou que alguns projetos sejam encerrados com níveis de execução financeira inferiores aos aprovados, podendo libertar fundos para novas aprovações. Esta situação é habitual com a aproximação do final dos ciclos de programação, sendo uma prática de gestão que tem como objetivo utilizar a totalidade dos recursos disponíveis.

No final do primeiro trimestre de 2021 tinham sido aprovadas 8.993 operações no CENTRO 2020, que previam um investimento elegível na região de 3,2 mil milhões de euros e uma comparticipação financeira de 2,1 mil milhões de euros de fundos europeus. O acréscimo de fundos aprovados neste trimestre foi de 172,1 milhões de euros, tendo 137,3 milhões de euros sido cofinanciados por FEDER. Em termos médios, cada projeto aprovado no Programa Operacional Regional envolvia um investimento total de 412 mil euros e um apoio europeu de 232 mil euros.

Quadro 14 - Monitorização do CENTRO 2020: concursos, candidaturas apresentadas e aprovações (valores acumulados)		março 2021	dezembro 2020	setembro 2020	junho 2020	março 2020
Concursos						
Total	número	447	423	420	345	328
Fundo comunitário	milhões €	2.644,6	2.482,7	2.453,8	2.365,0	2.323,7
	% da dotação de fundo	122,7	115,2	113,9	109,7	107,8
Em aberto	número	14	7	96	26	30
Fundo comunitário	milhões €	115,1	55,7	143,3	102,1	138,2
Encerrados	número	433	416	324	319	298
Fundo comunitário	milhões €	2.529,5	2.427,0	2.310,5	2.262,9	2.185,5
Candidaturas apresentadas						
Total	número	22.165	20.914	20.457	18.121	16.506
Investimento total previsto	milhões €	7.785,8	7.509,2	7.075,3	6.624,8	6.246,9
Operações aprovadas						
Total	número	8.993	8.449	8.350	7.756	7.269
Investimento total	milhões €	3.701,4	3.375,1	3.272,0	3.136,2	3.037,8
Investimento elegível	milhões €	3.159,8	2.886,9	2.790,6	2.656,3	2.568,8
Fundo comunitário	milhões €	2.087,1	1.915,0	1.843,1	1.732,9	1.652,2

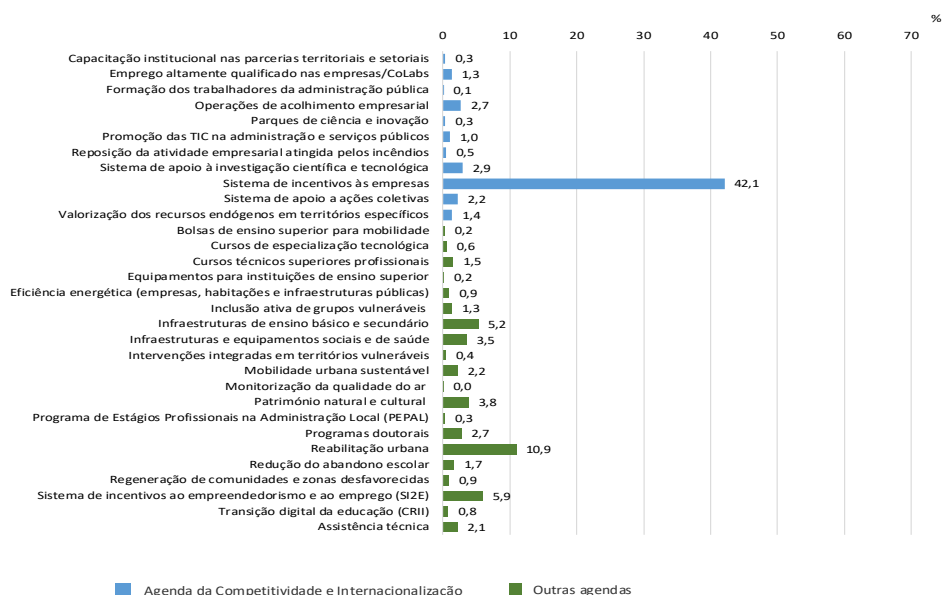
O domínio da competitividade e internacionalização absorvia 54,8% dos fundos europeus aprovados no CENTRO 2020, traduzindo-se em 2,3 mil milhões de euros de intenções de investimento e 1,1 mil milhões de euros de incentivos.

A quase totalidade destas aprovações respeitavam ao sistema de incentivos às empresas, com 877,7 milhões de euros de incentivo atribuído, correspondendo a 42,1% do fundo europeu total aprovado. Neste trimestre, os incentivos atribuídos às empresas conheceram um aumento de 74,5 milhões de euros, dos quais 34,9 milhões foram destinados à investigação e desenvolvimento tecnológico e 31,1 milhões de euros à inovação empresarial.

O sistema de apoio à investigação científica e tecnológica absorvia 2,9% dos fundos aprovados, traduzindo-se em incentivos para reforçar e consolidar áreas científicas em domínios estratégicos, para capacitar as infraestruturas de investigação inseridas no Roteiro Nacional de Infraestruturas de Investigação de Interesse Estratégico, para apoiar o patenteamento e o licenciamento de propriedade industrial e para a internacionalização da investigação e desenvolvimento, designadamente através da participação noutros programas financiados pela União Europeia.

Ainda neste domínio da competitividade destacavam-se as operações de acolhimento empresarial, com 2,7% do fundo europeu total aprovado, tratando-se de projetos ligados à criação e expansão de áreas qualificadas para a atração de empresas e de investimentos e de apoios à localização de empresas, e o sistema de apoio a ações coletivas, absorvendo 2,2% do fundo aprovado, instrumento de apoio indireto às empresas, complementar a montante e a jusante do sistema de incentivos às empresas, visando potenciar os seus resultados e a criação/melhoria das condições envolventes, com particular enfoque nos fatores imateriais de competitividade de natureza coletiva.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (31 de março de 2021)



Fora da agenda da competitividade e internacionalização (totalizando 944,1 milhões de euros de fundos aprovados), destacavam-se os apoios à reabilitação urbana (10,9%), a infraestruturas escolares de ensino básico e secundário (5,2%), ao património natural e cultural (3,8%, após um aumento neste trimestre de 22,2 milhões de euros de fundo aprovado), a infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde (3,5%), a programas doutorais (2,7%), à mobilidade urbana sustentável (2,2%), à redução do abandono escolar (1,7%) e à inclusão ativa de grupos vulneráveis (1,3%), traduzindo-se, estes últimos, em apoios à realização de trabalho socialmente necessário por parte de desempregados ou beneficiários do rendimento social de inserção. De salientar que, dos 227,7 milhões de euros de fundos aprovados para operações de reabilitação urbana, 16,0 milhões de euros estavam afetos ao Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas (IFRRU 2020), que disponibiliza produtos financeiros (com condições mais vantajosas face às praticadas no mercado) vocacionados especificamente para apoiar a reabilitação urbana de edifícios (destinados à habitação ou a outras atividades), incluindo as soluções integradas de eficiência energética mais adequadas no âmbito dessa reabilitação.

³² Trata-se do Fundo de Capital e Quase-Capital (que totalizada um FEDER aprovado na região de 60,0 milhões de euros) e do Fundo de Dívida e Garantia (com um FEDER aprovado de 44,7 milhões de euros).

³³ O Banco Português de Fomento foi constituído no dia 3 de novembro de 2020 através da fusão da PME Investimentos – Sociedade de Investimento S.A. e da IFD – Instituição Financeira de Desenvolvimento S.A. Esta instituição tem como missão apoiar o desenvolvimento económico e social de Portugal, através da criação e disponibilização de soluções inovadoras e adequadas às necessidades e desafios do ecossistema empresarial, potenciando a capacidade empreendedora e a criação de emprego, e promovendo a sustentabilidade e a coesão económica, social e territorial do país.

³⁴ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas.

³⁵ A categoria “Não aplicável” inclui os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas e as operações com investimento em mais do que uma sub-região do Centro.

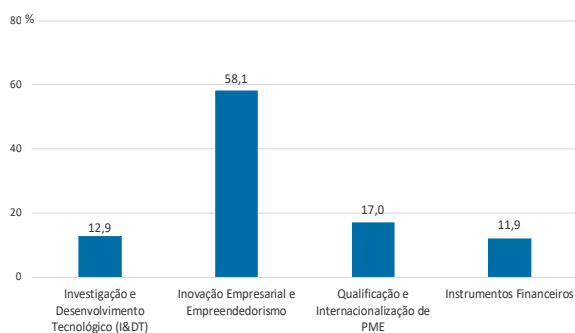
De referir ainda, pela sua relevância, o sistema de incentivos ao empreendedorismo e ao emprego (SI2E), que pretende estimular o surgimento de iniciativas empresariais e a criação de emprego, especialmente em territórios de baixa densidade (atribuindo majorações específicas a investimentos neles realizados), no qual, até 31 de março de 2021, estavam aprovados 123,5 milhões euros de fundos europeus (5,9%) correspondendo a 247,2 milhões de euros de intenções de investimento. Note-se que, para operacionalizar este tipo de apoios, foi contratualizada, na Região Centro, com as CIM e os GAL, uma dotação de fundos europeus de 131,3 milhões de euros (incluindo já o reforço na dotação das CIM de 50 milhões de euros, ocorrido na sequência da reprogramação do CENTRO 2020).

Detalhando o sistema de incentivos às empresas, dada a sua preponderância em termos de dotação e de compromisso, verifica-se que, do valor de fundo europeu absorvido por este instrumento de apoio, 58,1% correspondia a aprovações no âmbito da inovação empresarial e empreendedorismo (510,3 milhões de euros), enquanto apenas 12,9% respeitava a projetos de investigação e desenvolvimento tecnológico. Os instrumentos financeiros de apoio direto às empresas mobilizavam 104,7 milhões de euros (11,9% do fundo aprovado no sistema de incentivos às empresas)³², valor contratualizado, até esta data, entre o CENTRO 2020 e o Banco Português de Fomento (ex-Instituição Financeira de Desenvolvimento)³³.

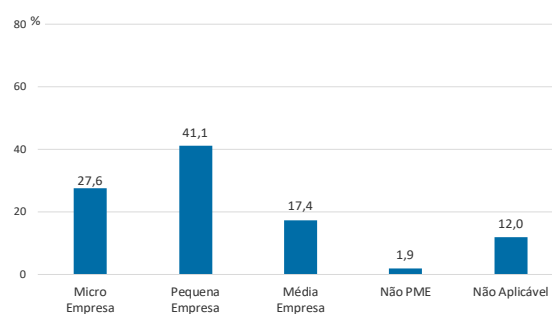
Grande parte dos fundos aprovados no sistema de incentivos às empresas foram dirigidos a pequenas (41,1%) e microempresas (27,6%) e à indústria transformadora (61,5%). Relativamente à sua distribuição territorial, a Região de Leiria e a Região de Aveiro foram as que absorveram maior volume de apoios. Os valores mais baixos foram registados nas CIM do interior, o que se justifica pela densidade empresarial nestes territórios ser mais baixa. No entanto, é de referir que os territórios de baixa densidade tiveram também avisos próprios neste âmbito ou majoração das taxas de cofinanciamento.

Distribuição do fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do Sistema de Incentivos às empresas do CENTRO 2020 (31 de março de 2021)

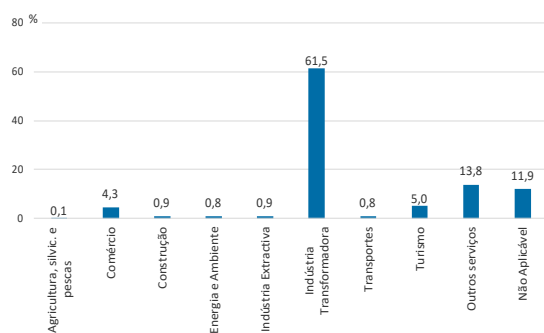
Por tipologia de investimento



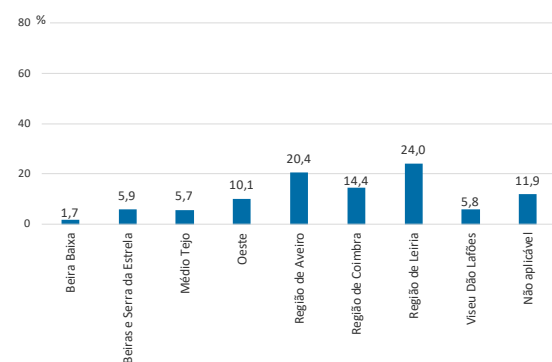
Por dimensão da empresa³⁴



Por setor de atividade³⁴



Por Comunidade Intermunicipal (CIM)³⁵

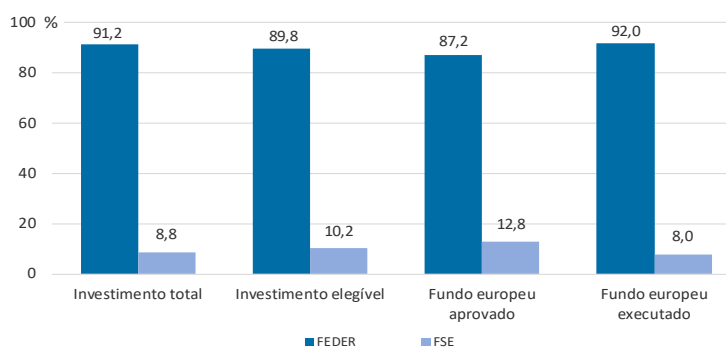


³⁶ Em setembro de 2020, foi aprovada uma nova reprogramação do PORTUGAL 2020 com o objetivo de redirecionar fundos da política de coesão para a resposta à crise desencadeada pela pandemia por COVID-19. No que respeita ao CENTRO 2020, a reprogramação não alterou a dotação global do programa, mas teve implicações na dotação financeira dos vários eixos e dos respetivos fundos financiadores. A dotação de FEDER passou de 1.711,5 para 1.814,3 milhões de euros, enquanto a dotação de FSE passou de 443,5 para os atuais 340,7 milhões de euros (ou seja, 84,2% de FEDER e 15,8% de FSE).

Foi também sobretudo através do sistema de incentivos às empresas que, no CENTRO 2020, se operacionalizou a já referida Iniciativa de Investimento em Resposta ao Coronavírus (CRII). Assim, até 31 de março de 2021, neste âmbito, tinham sido aprovados, no sistema de incentivos às empresas, 50,3 milhões de euros de fundo europeu (5,7% do total aprovado no sistema de incentivos às empresas), correspondendo a 63,7 milhões de investimento elegível. Este montante de incentivo foi direcionado sobretudo para a inovação produtiva (69,6%) e, em menor escala, para a qualificação de PME (10,8%) e para a IDT (19,6%). A este valor de apoio, acresciam ainda 16,8 milhões de euros para financiamento de computadores e ligações à internet destinados aos alunos de escolas de ensino básico públicas inseridos em agregados familiares com baixos rendimentos. Deste modo, no final de março de 2021, o CENTRO 2020 totalizava 67,1 milhões de euros de fundo europeu aprovado em medidas de resposta à crise pandémica.

A 31 de março de 2021, o FEDER cofinanciava 87,2% dos incentivos aprovados no CENTRO 2020, correspondendo a um volume de fundo de 1,8 mil milhões de euros (106,3% da dotação programada). O FSE cofinanciava os restantes 12,8%, que se traduziam em 267,5 milhões de euros de fundo europeu e 60,3% da dotação programada³⁶.

Fundo europeu atribuído às operações aprovadas no âmbito do CENTRO 2020, por tipologia de fundo (31 de março de 2021)



As operações apoiadas pelo FSE correspondiam aos já referidos incentivos à realização de trabalho socialmente necessário (27,6 milhões de euros de fundo aprovado) e também (i) a programas doutorais (56,9 milhões de euros integralmente aprovados neste trimestre), (ii) a medidas que visam a redução do abandono escolar (43,8 milhões de euros), designadamente os Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar de âmbito intermunicipal e o aprofundamento do Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária³⁷, (iii) a cursos técnicos superiores profissionais (31,9 milhões de euros), (iv) aos incentivos atribuídos no SISE (29,6 milhões de euros), (v) aos apoios à contratação de recursos humanos altamente qualificados por parte das empresas ou laboratórios colaborativos (26,6 milhões de euros), (vi) aos apoios à Transição Digital da Educação (16,8 milhões de euros), (vii) a cursos de especialização tecnológica (11,5 milhões de euros), (viii) a ações de capacitação institucional nas parcerias territoriais e setoriais (7,0 milhões de euros), (ix) ao Programa de Estágios Profissionais na Administração Local (6,1 milhões de euros), (x) a bolsas de ensino superior para a mobilidade (5,1 milhões de euros), (xi) a formação de empresários e trabalhadores integrada em projetos empresariais mais abrangentes submetidos ao sistema de incentivos à inovação e à qualificação e internacionalização das PME (3,3 milhões de euros) e (xii) a formação de trabalhadores da Administração Local (1,2 milhões de euros).

³⁷ O Programa Territórios Educativos de Intervenção Prioritária (TEIP) é uma iniciativa governamental, implementada em agrupamentos de escolas/escolas não agrupadas que se localizam em territórios económica e socialmente desfavorecidos, marcados pela pobreza e exclusão social, onde a violência, a indisciplina, o abandono e o insucesso escolar mais se manifestam. São objetivos centrais do programa a prevenção e redução do abandono escolar precoce e do absentismo, a redução da indisciplina e a promoção do sucesso educativo de todos os alunos.

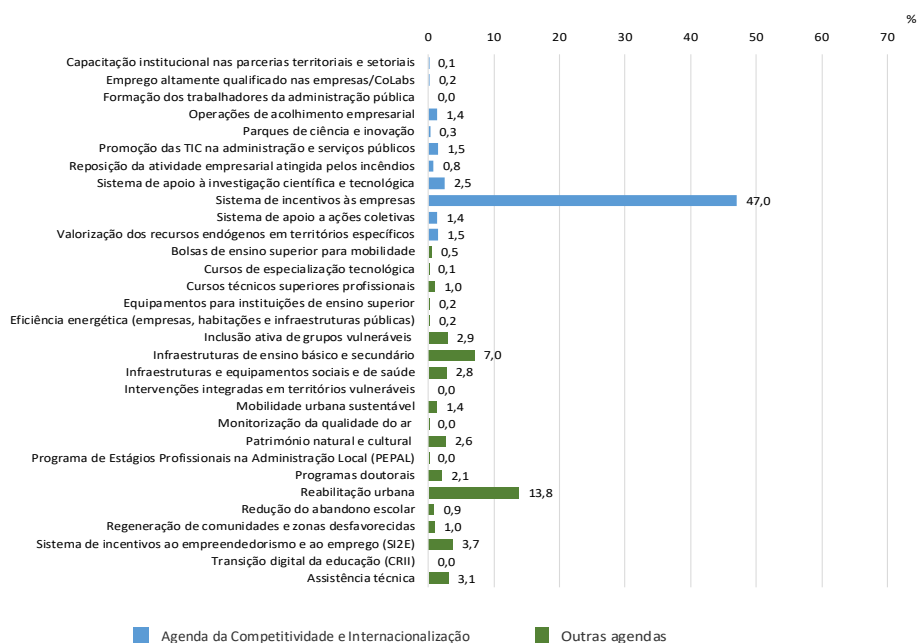
No final de março de 2021, o programa operacional regional tinha 96,8% da sua dotação comprometida e estavam validados 949,4 milhões de euros de fundos europeus, o que correspondia a uma taxa de execução de 44,1%. Neste trimestre, o diferencial entre taxa de compromisso e taxa de execução aumentou 4,6 pontos percentuais, situando-se nos 52,7 pontos percentuais. A taxa de realização do CENTRO 2020 diminuiu ligeiramente para os 45,5% (pois o acréscimo de fundo executado, neste trimestre, foi menos de metade do registado no fundo aprovado).

O fundo transferido para os beneficiários a título de pagamentos foi de 999,7 milhões de euros, sendo este valor superior à despesa validada dados os adiantamentos, resultando numa taxa de reembolso (relação entre o fundo pago e o fundo validado) superior a 100% (105,3%) e numa taxa de pagamento (relação entre o fundo pago e o fundo aprovado) de 47,9%. Neste trimestre, a taxa de reembolso diminuiu, espelhando a progressiva conversão dos adiantamentos em despesa efetiva e validada. O fundo europeu certificado à Comissão Europeia ascendia a 766,6 milhões de euros, correspondendo a 35,6% do fundo programado.

Quadro 15 - Monitorização do CENTRO 2020: execução e indicadores financeiros (valores acumulados)		março 2021	dezembro 2020	setembro 2020	junho 2020	março 2020
Execução financeira						
Despesa executada						
Investimento (custo) elegível	milhares €	1.361.258	1.271.593	1.118.346	1.043.753	959.951
Fundo europeu	milhares €	949.438	879.758	762.408	713.966	661.181
Pagamentos aos beneficiários	milhares €	999.664	940.897	839.382	778.667	701.130
Fundo europeu certificado à Comissão Europeia	milhares €	766.637	767.346	673.186	619.220	553.574
Indicadores financeiros						
Taxa de compromisso (fundo aprovado / fundo programado)	%	96,8	88,9	85,5	80,4	76,7
Taxa de execução (fundo executado / fundo programado)	%	44,1	40,8	35,4	33,1	30,7
Taxa de realização (fundo executado / fundo programado)	%	45,5	45,9	41,4	41,2	40,0
Taxa de pagamento (pagamentos aos beneficiários / fundo aprovado)	%	47,9	49,1	45,5	44,9	42,4
Taxa de reembolso (pagamentos aos beneficiários / fundo executado)	%	105,3	106,9	110,1	109,1	106,0
Taxa de certificação do fundo programado (fundo certificado / fundo programado)	%	35,6	35,6	31,2	28,7	25,7

Analisando agora a distribuição do fundo executado por tipologias, verificava-se que, o sistema de incentivos às empresas detinha a maioria do fundo executado (47,0%), seguindo-se a reabilitação urbana (13,8%) e as infraestruturas de ensino básico e secundário (7,0%). Nestas tipologias, o peso do fundo executado era até superior ao peso do respetivo fundo aprovado. Quanto ao fundo financiador, existia uma grande preponderância do FEDER no volume de execução (92,0%). No entanto, considerando as taxas de realização destacavam-se, pelos elevados valores, o trabalho socialmente necessário (100,0%) e as bolsas de ensino superior para mobilidade (97,0%). As tipologias com os maiores volumes de fundo aprovado e executado apresentavam taxas de realização acima da média do programa operacional regional: 50,8% no total do sistema de incentivos às empresas (com grande diferenciação entre as taxas de realização da inovação produtiva, 62,3%, e de QI PME, 38,0%, ou de IDT, 28,5%), 57,4% na reabilitação urbana, 28,7% no SI2E e 61,4% nas infraestruturas de ensino básico e secundário. A taxa de realização do FEDER ascendia a 48,0%, enquanto a do FSE se situava nos 28,2%.

Distribuição do fundo europeu executado no Programa Operacional CENTRO 2020, por tipologia de operação (31 de março de 2021)



Enquadramento Nacional

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Inquérito ao Emprego (Base 2021 e Base 2011 compatibilizada com a base 2021)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Inquérito de Conjuntura aos Consumidores
- Inquéritos Qualitativos de Conjuntura

Banco de Portugal

- Taxa de câmbio bilateral do Euro - câmbio mensal EUR/USD (média do período)

Mercado de Trabalho

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito ao Emprego (Base 2021, Base 2011 compatibilizada com a base 2021, Base 2011 e Base 1998)
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Desemprego Registado

Instituto do Emprego e Formação Profissional

- Desemprego registado por concelho – Estatísticas Mensais

Instituto Nacional de Estatística

- Estimativas Anuais da População Residente

Empresas

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias
- Rácios empréstimos vencidos - Sociedades Não Financeiras e Outras Instituições Financeiras Monetárias

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Iberinform, Crédito y Caución

- Empresas constituídas
- Ações de insolvência

Comércio Internacional de Bens

Instituto Nacional de Estatística

- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)
- Entradas e saídas de mercadorias por secção da nomenclatura combinada, tipo de comércio, países e NUTS II

Secções selecionadas:

- I – Animais vivos e produtos do reino animal
- II – Produtos do reino vegetal
- IV – Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres; tabaco e seus sucedâneos manufaturados
- VI – Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas
- VII – Plástico e suas obras; borracha e suas obras
- IX – Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras; obras de espartaria ou de cestaria
- X – Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão para reciclar (desperdícios e aparas); papel e suas obras
- XI – Matérias têxteis e suas obras
- XIII – Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras
- XV – Metais comuns e suas obras
- XVI – Máquinas e aparelhos, material elétrico, e suas partes; aparelhos de gravação ou de reprodução de som, aparelhos de gravação ou de reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes e acessórios
- XVII – Material de transporte

Turismo

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito à Permanência de Hóspedes na Hotelaria e outros Alojamentos
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Construção e Habitação

Instituto Nacional de Estatística

- Inquérito aos Projetos de Obras de Edificação e de Demolição de Edifícios
- Estatísticas das Obras Concluídas
- Inquérito à Avaliação Bancária na Habitação
- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Preços e Consumo Privado

Instituto Nacional de Estatística

- Índice de Preços no Consumidor (Base 2012)
- Entradas intracomunitárias de mercadorias por Classificação por Grandes Categorias Económicas (CGCE) e tipo de comércio
- Contas Nacionais Trimestrais (Base 2016)

Instituto do Cinema e do Audiovisual

- Receitas de cinema

SIBS

- Transações realizadas em Caixas Automáticas por município
- Transações realizadas em Terminais de Pagamento Automático por município

Banco de Portugal

Balanço das instituições financeiras monetárias

- Empréstimos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Empréstimos Vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)
- Rácios empréstimos vencidos - Particulares - Habitação - OIFM (Outras Instituições Financeiras Monetárias)

Políticas Públicas no Centro

Agência para o Desenvolvimento e Coesão, I.P.

- Boletins Informativos dos Fundos da União Europeia n.º 20, n.º 21, n.º 22, n.º 23 e n.º 24
- Informação de monitorização territorial do PORTUGAL 2020

Autoridades de Gestão dos Programas Operacionais do PORTUGAL 2020 (ficheiros de aprovações extraídos dos respetivos sites)

A informação contida no "Centro de Portugal – Boletim Trimestral" do primeiro trimestre de 2021 foi recolhida até ao dia 29 de junho de 2021.

